



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2010/15	DATA: 08/10/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 09h53min	TÉRMINO: 14h01min	PÁGINAS: 76

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
INGRID DRAGAN TARICANO - Diretora Científica do Instituto Royal e representante da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica - FEBRAFARMA no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA. OGARI DE CASTRO PACHECO – Médico.

SUMÁRIO
Deliberação de requerimentos e audiência pública para esclarecer sobre os maus-tratos de animais no Instituto Royal e a liberação de verbas também para aquele instituto.

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta. Grafia não confirmada: Karl Morris. Há palavra ou expressão ininteligível. Houve exibição de imagens. Houve intervenção fora do microfone.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 16ª Reunião, realizada em 6 de outubro de 2015.

Indago se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Ricardo Tripoli.

Está em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Da Sra. Silvana Souza de Silva Pereira, do Ministério da Saúde, que requer prorrogação de prazo para encaminhar as informações solicitadas no Ofício nº 086/15, desta Presidência. A prorrogação de prazo foi concedida.

Do Deputado Aureo, que justifica sua ausência nas reuniões dos dias 15 e 22 de setembro.

Do Deputado Antonio Bulhões, que justifica sua ausência na reunião do dia 6 de outubro por razões de saúde.

Do Sr. Romeu Pereira de Souza, que requer cópia dos vídeos das oitivas dos convocados envolvidos no caso do Instituto Royal.

Ordem do Dia.

A presente reunião consistirá em deliberação de requerimentos e audiência pública para esclarecer sobre os maus-tratos de animais no Instituto Royal e a liberação de verbas para aquele instituto.

Nesta oportunidade, ouviremos as seguintes pessoas: Ogari Pacheco, Presidente da Cristália Farmacêutica; Ingrid Dragan Taricano, Diretora Científica do Instituto Royal e representante da FEBRAFARMA — Federação Brasileira da



Indústria Farmacêutica no CONCEA; Luiz Antônio Barreto de Castro, ex-Secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Vamos dar início aos depoimentos. (*Pausa prolongada.*)

Vamos suspender a reunião por 10 minutos, até chegarem os convidados.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está reiniciada a reunião.

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Ingrid Dragan Taricano.

Advirto que V.Sa. será ouvida na qualidade de investigada, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, sendo-lhe garantidos os seus direitos constitucionais, entre os quais o exercício da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação; o direito de ser assistida por advogado ou, em falta deste, de ser-lhe nomeado defensor *ad hoc* e de com este comunicar-se, pessoal e reservadamente, durante o curso do depoimento; e o direito de ver respeitadas, sempre em seu próprio benefício, as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994.

Advirto a depoente de que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra, por até 20 minutos, a Sra. Ingrid Dragan Taricano.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Muito bom dia a todos! Muito bom dia aos Srs. Deputados! O meu nome é Ingrid Dragan Taricano. Eu vou fazer apenas um breve relato do meu currículo e, em seguida, vou me colocar à disposição dos senhores. Eu sou graduada em Ciências Biológicas; tenho uma segunda graduação em Biomedicina; fiz uma breve complementação de estudos na Universidade de Surrey, na Inglaterra, e sou professora de Farmacologia de carreira. Durante 32 anos, na Universidade de Santo Amaro, lecionei Farmacologia nos cursos de Medicina e, atualmente, estou na Uninove, também na Faculdade de Medicina, acompanhando os alunos desde o seu início, com as bases conceituais de raciocínio, até os internos de 5º ano, os que já estão no hospital. Eu me coloco à disposição dos senhores em tudo o que eu puder ajudar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Ricardo Tripoli.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer aqui à Dra. Ingrid Dragan Taricano, que é Diretora de Toxicologia do Instituto Royal e hoje comparece a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar esclarecimentos a respeito do Instituto Royal.

Quais eram as atribuições da senhora no Instituto Royal, como Diretora de Toxicologia?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Sr. Deputado, eu era Diretora Científica, e as minhas atribuições eram exclusivamente ligadas à ciência, a lidar com dados gerados nos estudos, avaliar, pensar sobre eles e concluir, para que os relatórios finais enviados às agências regulatórias tivessem todo o conteúdo por elas exigido.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Em depoimento, a sua colega, Dra. Sílvia Ortiz, afirmou que a senhora fazia parte do grupo de associados ou de mantenedores da OSCIP Instituto Royal. A senhora confirma isso?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu era uma funcionária contratada do Instituto Royal para fazer exatamente a leitura de dados, a compreensão dos dados e a conclusão de relatórios finais para as agências reguladoras.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, a afirmação da Sra. Sílvia Ortiz, de que a senhora fazia parte do grupo de associados da OSCIP Instituto Royal, não procede?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não procede.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não procede.

A senhora responde por algum processo judicial ou investigação do Ministério Público ou de outros órgãos?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Nenhum?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Nenhum.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora nunca foi chamada à Delegacia de Polícia Civil para explicar ou esclarecer algum fato a respeito do caso



do Instituto Royal, outros casos, ou ao Ministério Público? A senhora nunca foi requisitada?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não.

Segundo notícia publicada na revista *Fórum*, a senhora fazia parte do CONCEA. Como é que a senhora explica o fato de fazer parte do Instituto Royal e ser membro do CONCEA?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Realmente, fui membro do CONCEA por duas gestões. Na primeira gestão, que foi a primeira gestão do CONCEA, inclusive, eu fui representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, como membro titular, e, terminado o mandato, fui reconduzida a convite da FEBRAFARMA, para representá-los, mas aí como suplente. E todos os membros do CONCEA são cientistas e todos eles trabalham em instituições de pesquisa, à exceção feita aos representantes dos Ministérios, que têm os seus cargos dentro dos Ministérios. Mesmo assim, todas as pessoas lá são especialistas em áreas diversas da pesquisa ligadas a animais. Então o fato de eu trabalhar no Instituto Royal, para mim, não tinha, assim, não assumia nenhuma colocação diferente dos colegas que estavam lá, porque todos eles, cada um deles, empregados e exercendo suas profissões e funções.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora não vê nenhum conflito, então, entre alguém que obviamente exerça uma função e, ao mesmo tempo, fiscalize essa mesma função, ou seja, faça pesquisa e se autofiscalize, porque a função do CONCEA é a fiscalização dos atos praticados no Instituto Royal, e a senhora, trabalhando no Instituto Royal, na área de Toxicologia, a senhora estaria fazendo uma autofiscalização do seu próprio trabalho. A senhora não vê nenhum conflito nesse aspecto?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Sr. Deputado, todos os membros do CONCEA foram — e acredito que os atuais também são — profissionais que exercem as suas profissões em institutos de pesquisa da mesma forma como eu exercia na época, mas eu gostaria de esclarecer que o CONCEA não é exatamente um órgão fiscalizador. O CONCEA é um órgão normatizador. Ele não faz uma



fiscalização, ele normatiza, ele credencia, ele coloca resoluções normativas e daí para frente, né?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas as normas que o CONCEA costumeiramente exara são cumpridas pelos institutos de pesquisa, ou seja, ao que o CONCEA determina há, obviamente, uma deliberação que deve ser acolhida pelo instituto, no caso pelo Instituto Royal, como por tantos outros institutos. A senhora não vê nenhuma ingerência em poder modificar normas de conduta, em ter o poder de modificar normas de conduta de um órgão em que a senhora participa como executora dessas condutas?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Todos nós conselheiros trabalhamos de uma forma bastante direta no sentido de normatizar e de fazer com que o uso ético de animais, no País, seja levado adiante, porque antes da Lei Arouca não havia uma diretriz e isso foi uma competência dada ao CONCEA pela Lei Arouca e pelo decreto que veio a seguir. Então, todos trabalhavam nessa linha, e mais uma coisa que nós tínhamos muito clara era a questão do conflito de interesses. Então, em qualquer momento que houvesse qualquer discussão que envolvesse uma instituição da qual um membro ou qualquer um dos membros pertencesse, ele estaria excluído desta discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ou seja, quando havia algum julgamento, alguma norma que deliberasse a respeito do Instituto Royal, a senhora se dava por suspeita e obviamente não atuava nesse caso específico do Instituto Royal, é isso?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, porque nunca houve nada que discutisse especificamente o Instituto Royal. Eu digo em outras situações em que se discutiram questões, por exemplo, do credenciamento. Eu não participei em nada do credenciamento do Instituto Royal. Houve... Os credenciamentos são distribuídos em pequenas equipes, e eu, na verdade, nem sabia qual era a equipe que estava tratando desse credenciamento. Aliás, por questões de foro íntimo, não quis nem saber para não ter nenhum tipo de..., nem vontade de nada.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora começou a trabalhar no Instituto Royal antes ou após a Lei Arouca?



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Instituto Royal... A Lei Arouca é de 2008... Antes.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Antes da Lei Arouca, né?

Segundo informações coletadas aqui nesta CPI, em depoimentos, a Natura, a Cristália e a FIOCRUZ eram clientes do Instituto Royal. A senhora confirma isso ou não? Poderia citar outros laboratórios ou clientes que utilizavam serviços de testes do Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - É... A gente tem uma questão de sigilo industrial, e nós assinamos documentos para que a gente não cite os laboratórios quando a gente vai trabalhar com pesquisas que envolvam desenvolvimento tecnológico e inovação. Por uma questão de proteção das indústrias e das suas inovações, a gente assina documentos pra não ficar citando tudo isso. Eu tive a oportunidade de ouvir alguns depoimentos aqui, e é claro pra todos que o Cristália foi um grande cliente. E eu devo esclarecer a vocês, como cientista, independente de qualquer coisa, que o Cristália, pelo menos em toda a minha carreira, foi a indústria que mais inovou neste País, portanto... E é sabido que eles enviavam muitos testes para serem feitos para o regulatório lá no Instituto Royal.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora pode citar algum outro membro do CONCEA que operava para algum instituto de pesquisa, além do Instituto Royal, algum colega seu que fizesse, que tivesse a mesma função que a sua, trabalhando em outros institutos e sendo membro do CONCEA?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Olha, é... Eu sei de uma conselheira. Eu não vou me lembrar de cabeça o nome nem a empresa...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora poderia mandar depois. Não há problema.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Posso! Posso!

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por gentileza!

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Posso. Eu tenho todos os currículos *lattes*.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Muito bom.



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - É claro. Posso encaminhar, sim. Não há problema.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por gentileza!

No seu currículo consta que a senhora fez parte ou faz parte do Comitê Científico Externo da Souza Cruz. Qual era a sua atuação nesse Comitê Externo da Souza Cruz?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - A Souza Cruz... Na verdade, a British American Tobacco, que é a proprietária da Souza Cruz, tem a preocupação de manter um comitê científico que hoje não existe mais nesse formato. Hoje ele é um comitê internacional, mas durante muitos anos houve um comitê nacional que se preocupa em diminuir o risco do fumante, porque é sabido que fumantes inveterados dificilmente param de fumar. E existe uma luta bastante grande para que não se fume, mas existe também a preocupação por parte desse Comitê de diminuir o risco dos que fumam. E esse Comitê era composto de, se não me engano, 16 pessoas e incluía cientistas, doutores, em várias áreas específicas, desde Genotoxicidade a Toxicidade Geral, agrônomos, médicos cardiologistas, pneumologistas, enfim, toda a sorte de profissionais que pudessem colaborar nas discussões que versam sobre o fumante, aquele que não consegue parar de fumar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A Souza Cruz era uma cliente do Instituto Royal ou não?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não? Para obter o registro junto ao CONCEA, o laboratório é obrigado a ter uma Comissão Ética, cuja função é avaliar o uso de animais e seus experimentos. A senhora conhecia a Comissão Ética do Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quais eram os componentes?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não vou me lembrar de cor, eu também posso lhe mandar. O Comitê de Ética ficava em Porto Alegre.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - As reuniões ocorriam lá em Porto Alegre?



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Em Porto Alegre. E o Presidente da Comissão de Ética, Dr. João Antônio Pêgas Henriques, estava no Instituto Royal a cada 15 dias, durante uma semana inteira, então seria uma semana sim e uma semana não. Ele era a pessoa que estava, então, olhando dentro do Instituto de São Roque se estavam sendo cumpridas as deliberações do Comitê de Ética.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora participou do processo de credenciamento do Instituto Royal ou alguma vez recebeu a fiscalização do CONCEA ou alguém do CONCEA antes, durante e após o processo de credenciamento?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Por questões de conflito de interesse, eu não participei do credenciamento do Instituto Royal. Isso foi feito por uma equipe escolhida de conselheiros que eu nem tomei conhecimento de quem era...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Da reunião a senhora não participou?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Nem subscreveu nenhum documento?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - De que forma eram armazenados os resultados dos testes, as reações, efeitos colaterais ou efeitos esperados?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - O Instituto Royal fazia como sua especialidade os estudos de segurança de medicamentos para preparar os dados para as primeiras administrações humanas. Para que isso seja feito aqui no Brasil, é exigido que esse laboratório seja monitorado pelo INMETRO. O INMETRO — se não me engano, se chama DICLA, que é o Departamento que cuida desses laboratórios no Brasil — exige que seja seguida uma norma, que é a Norma 035, NIT-DICLA-035, Revisão nº 2. Essa norma diz exatamente como tem que ser feito, como tem que ser arquivado. Esses dados têm uma forma específica de serem anotados em cadernos, esses cadernos são arquivados, e isso é monitorado pelo INMETRO. Os laboratórios que seguem esta regra recebem um selo do INMETRO, e os órgãos



regulatórios — por exemplo, no Brasil, a ANVISA — exigem que esse selo esteja presente nos relatórios emitidos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A unidade de Porto Alegre não fazia teste em animais. Pelo menos é o que alegou aqui a Sra. Sílvia Ortiz. Mesmo assim encerrou as suas atividades. Como é que a senhora pode explicar por que as atividades do Instituto Royal, que, segundo informações da Dra. Sílvia Ortiz, no laboratório de Porto Alegre, eram feitas *in vitro*, ou seja, não eram utilizados animais... Por que também foi fechada não só a unidade de São Roque, mas também a unidade de Porto Alegre?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Bem, em primeiro lugar, realmente reafirmando, em Porto Alegre só eram feitos testes *in vitro*, métodos alternativos, e a unidade de Porto Alegre inclusive participava do Projeto RENAMA, que é um projeto, é uma rede que apoia projetos para o desenvolvimento de novos métodos alternativos, que, aliás, é uma busca de todos nós cientistas, incansável. Eu não sei por que...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Encerrou as atividades.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - ... houve a decisão de encerrar, mas eu acredito que o nome do Instituto Royal ficou bastante desgastado com tudo o que aconteceu, e talvez tenha sido por isso, mas eu não posso lhe afirmar, porque não participei dessa decisão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Era comum o óbito de animais no Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Desculpe, eu não compreendi.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Era comum o óbito de animais no Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Espontaneamente?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - De qualquer forma; pode ser espontaneamente, não espontaneamente. Quantos animais normalmente eram levados a óbito, vamos dizer, mensalmente ou anualmente? Porque há um documento aqui da CETESB que fala do contrato firmado entre o Instituto Royal e uma empresa de incineração que incinerava cadáveres, que era cerca de 2



toneladas e meia, se não me falha a memória. Então, gostaria de saber quantos animais eram levados a óbito em média.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Como diretora científica, eu tinha, então, a função de avaliar os estudos e de avaliar os resultados e tal. Eu recebi uma informação, através de um documento que veio a pedido talvez do advogado, porque eu não conseguiria saber de cabeça. Os testes seguem protocolos, e esses protocolos determinam o número de animais que são usados em cada teste. Então, são protocolos internacionais. Se o teste pede 10 animais, ratos, é isso que tem que ser usado, não podem ser 11 nem 9. O que eu recebi de estatística foi que, assim, e só me justificando, porque vou repetir esses dados, porque são muitos relatórios que vêm um na sequência do outro, com assuntos diferentes e protocolos diferentes; então, gravar tudo isso é um pouco difícil. Mas coelhos: em 2011, 12 animais; em 2012, 20 animais; em 2013, 10 animais. Cães: em 2011, 20 animais; em 2012, 35 animais; em 2013, nenhum. E ratos, uma média de 100 por mês. Só esclarecendo que ratos são os primeiros animais, são os primeiros organismos vivos a receber uma nova molécula antes que ela possa prosseguir nos seus estudos de segurança.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Qual era o veterinário responsável pela eutanásia dos animais do Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Nós tínhamos nove veterinários. Quem obteve o treinamento específico para isso foi um veterinário chamado Renato Xavier.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Muito bem. O que era feito com os animais contaminados por vermes, por exemplo? Que tipo de atitudes se tomavam no Instituto?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Os animais para pesquisa são animais especiais, eles são bastante diferentes de cães *pet*. Todavia, algumas características da própria raça permanecem, e todos os biotérios, criadores de animais para pesquisa, seja qual for a espécie, têm programas de sanidade dos animais. É muito comum nas maternidades vários tipos de contaminações naturais, como no ser humano também tem. Toda vez que isso era detectado, era tratado clinicamente pelos veterinários. Eu não sei dizer a medicação, porque eu não sou veterinária, mas isso é parte das boas práticas de laboratório.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O Instituto Royal estava habilitado para a realização de testes toxicológicos em todas as categorias de substâncias químicas em estudos BPL. Entretanto, alegavam que somente realizavam testes toxicológicos para a segurança farmacológica. O que a senhora tem a nos dizer sobre isso?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Existem outros laboratórios no País especializados em estudo de risco e segurança de defensivos agrícolas domissanitários, tintas, etc. Eu sou farmacologista, a minha especialidade é Farmacologia e Medicamentos. Sou professora de Farmacologia há quase 40 anos, e, talvez, um dos motivos dessa *expertise* é que levasse ao desenvolvimento dos trabalhos nesse sentido. Todavia, quando o INMETRO audita um laboratório e expede o seu diploma no escopo, ele coloca quais são os *guidelines* que aquele laboratório está apto e, portanto, autorizado a seguir. Esses *guidelines* podem ser aplicados a vários tipos de substâncias. Portanto, ele autoriza, o que não quer dizer que o laboratório faça. Então, de acordo com a minha *expertise*, o meu conhecimento em tantos anos de Farmacologia, a minha segurança é trabalhar nessa linha.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quanto tempo a senhora trabalhou no Instituto Royal, desde a sua fundação?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu trabalhei por volta de 10 anos, talvez um pouco menos que isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Dez anos. A senhora sabe como foi criado o Instituto Royal. A senhora participou da primeira reunião da formação jurídica, que foi feita na empresa chamada Cristália?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor. Eu trabalhava no Unitox. Unitox era um departamento da Universidade de Santo Amaro que fazia pesquisa e várias coisas ligadas a Farmacologia, a estudo de segurança, etc. Esse laboratório foi fechado, eu estava inclusive me aposentando, e uma ex-professora minha de graduação, Dra. Regina Scivoletto, me ligou e me disse: *“Puxa, o Unitox vai fechar. Que pena! A gente não tem outro laboratório no País que seja capaz de estudar segurança e risco de moléculas. Será que você não pode me apresentar o seu Reitor?”* Eu disse: *“Claro!”* E apresentei o meu Reitor a ela. E, a partir daí, é que



eu tenho a notícia em que aparece na minha vida o Instituto Royal. Houve entendimentos, a partir daí, dos quais eu não participei, e o que acontece comigo, em seguida, é um convite para trabalhar nesse Instituto Royal, que me foi apresentado como uma OSCIP, e eu aceitei, para continuar fazendo as coisas que sempre fiz na minha carreira. Para isso eu fui contratada.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora conhecia o Sr. Romeu Pereira de Souza?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Conhecia, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ele era Presidente do Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Ele era Presidente da OSCIP, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ele contratou a senhora para exercer a função. A senhora exerce?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu fui contratada não por ele. Eu fui procurada por pessoas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por quem?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu acho que eram do Departamento de Pessoal, alguma coisa assim. Dra. Regina Scivoletto me disse que eles iriam, o Instituto Royal iria mandar pessoas do Departamento de Pessoal, do RH, lá no Unitox, e me pediu que avisasse às pessoas que trabalhavam no Royal, no Unitox — eu faço até confusão, porque faz tantos anos isso! —, que eles seriam demitidos da Universidade e que eles seriam contratados pelo Instituto Royal. E comigo não foi diferente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora tinha o conhecimento de que o Dr. Romeu Pereira de Souza era funcionário da empresa Cristália?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A Sra. Sílvia Ortiz trabalhou o mesmo período que a senhora? Dez anos, 5 anos, quanto tempo ela trabalhou?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, não, a Sílvia Ortiz trabalhou



muito pouco tempo. Eu não posso precisar exatamente quanto, mas eu acho que foi...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Um mês, 2 meses, 1 anos, 2 anos?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, um pouco mais de 1 mês.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora conhece ou conheceu João Maria Stevanatto e Ogari de Castro Pacheco?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - João? Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - João Maria Stevanatto e Ogari de Castro Pacheco.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - João Maria, não o conheço.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E Ogari de Castro Pacheco?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - O Sr. Ogari, eu o conheci. Ele me foi apresentado quando... Eu não me lembro exatamente quando, mas eu trabalhava no Instituto Royal, e alguém me apresentou esse Sr. Ogari Pacheco. Ele é o dono do Laboratório Cristália.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A senhora tinha conhecimento de que ele era propriedade do prédio onde ficava o Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não? Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Dentre tantas perguntas do Relator a que a senhora respondeu, muitas vezes, quando a senhora chegou ao Instituto Royal, não tinha conhecimento delas. Inclusive, algumas o Relator está fazendo hoje, como a última pergunta que ele fez: se sabia quem pagava o aluguel do prédio.

A partir de todas essas denúncias — a senhora sendo convidada para falar aqui, nesta CPI dos Maus-Tratos de Animais —, qual é a conclusão que a senhora tira de tudo isso, de todo esse trabalho que era feito lá? Efetivamente, dá para identificar hoje irregularidades, já que hoje a senhora tem uma visão também a partir das denúncias apuradas?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Senhora, a visão que eu tenho do Instituto Royal hoje é a mesma que eu sempre tive. No Instituto Royal sempre foram



seguidos os protocolos. O Instituto Royal era um instituto monitorado pelo INMETRO, era um instituto que devia satisfações inclusive ao CONCEA, depois que ele passou a existir, e o meu trabalho lá dentro, em cima dos dados gerados e tudo o mais, é um trabalho de muita responsabilidade, porque, quando um relatório desses é aprovado, ele serve de base para que os primeiros seres humanos possam usar aquele medicamento sem correr riscos. E se há qualquer risco, ele deve ser conhecido. Um exemplo clássico disso é o Cataflam, que muitos de vocês já devem ter usado alguma vez. Se vocês tiverem o cuidado de olhar a bula, vocês vão ver que ele não é indicado para ser utilizado continuamente. Por quê? Porque ele é um excelente anti-inflamatório; todavia, o seu uso constante destrói o rim. Então, esse tipo de coisa precisa ficar muito claro, e o meu trabalho foi sempre com relação a isso. Eu continuo com a mesma visão. Tudo o que foi feito no Instituto Royal foi feito de forma muito séria, seguindo todos os *guidelines*, seguindo todas as necessidades regulatórias nacionais, e serviu para o registro de medicamentos que hoje estão nas farmácias à disposição de todos nós.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Como explicar, então, todas essas denúncias? Há possibilidade de defesa de tudo isso que está sendo apresentado pela imprensa, motivado até também pela discussão nesta CPI?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu tenho bastante idade. Já vivi bastante dentro da ciência e dentro da minha profissão para compreender que existem visões diferentes sobre o mesmo fato. Pessoas ligadas à ciência e que estão acostumadas a trabalhar com isso e que sabem quais são os métodos que estão à disposição veem isso, dentro da sua profissão, como um *modus operandi*. Pessoas que estão completamente alheias a isso podem ver de uma outra maneira. É importante, dentro de uma sociedade, que nós respeitemos todas as formas de ver. Inclusive eu acho bastante importante esta CPI, para que esclareça todos os lados dessa questão, que eu acho que não são apenas estes dois só. Existem vários outros, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos fazer uma pequena pausa para deliberação de requerimentos, já que atingimos o quórum.



Eu convido para fazer a deliberação na Mesa o Deputado Jefferson, porque alguns requerimentos são de minha autoria e alguns são de autoria do Deputado Ricardo Tripoli. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Bom dia a todas e a todos! Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até o dia de ontem, dia 7 de outubro. Nós fizemos a deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Primeiro temos o Requerimento nº 81, de 2015, do Sr. Aureo, que *“requer que seja realizada diligência na localidade de Ilha de Paquetá, no Município do Rio de Janeiro, para apurar denúncias de maus-tratos aos cavalos utilizados em charretes (tração animal), bem como condições das cocheiras e despejo de dejetos de animais na Baía de Guanabara”*.

Alguém deseja discutir o requerimento? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu o subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O requerimento foi subscrito pelo nobre Deputado Ricardo Izar.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado

Requerimento nº 82, de 2015, do Sr. Deputado Ricardo Izar, que requer, nos termos regimentais, que sejam incluídos convidados na audiência pública para esclarecer sobre o papel dos zoológicos e aquários e sobre a importação de animais exóticos para tal fim, condições de bem-estar, manejo e maus-tratos, notadamente no que diz respeito à importação dos ursos polares Peregrino e Aurora, provenientes da Rússia, para exposição no Aquário de São Paulo. Testemunhas/denunciantes: Marli S. Delucca, blogueira e infoativista; Adriana Khouri, ativista e química; Vania Tuglio, Promotora de Justiça do GECAP. Investigados: Laura Chispim Reinfeld, responsável técnica do Aquário de São Paulo.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Izar.



O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Trata-se de audiência pública já tinha sido pedida pelo Deputado Ricardo Tripoli. Nós só queremos colocar umas pessoas a mais, porque podem agregar informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Mais alguém quer discutir? *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 83, de 2015, que requer a oitiva dos funcionários do Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza, Ceará, a serem convocados, na qualidade de testemunhas e investigados, para prestar esclarecimentos sobre os maus-tratos a animais Tiziane Maria Onofre Machado, Presidente da Associação Viva Bicho; Rosa Stefania Marinho Gomes Rodrigues, Presidente da ONG Anjos da Proteção — APA; Maria do Perpétuo Socorro Martins Breckenfeld, Secretária de Saúde do Município de Fortaleza, Ceará, e Nélio Batista de Moraes, Diretor do Centro de Controle de Zoonoses de Fortaleza, Ceará.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Devido à quantidade de denúncias, Sr. Presidente, achamos por bem fazer essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Mais alguém quer discutir o requerimento? *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 84, de 2015, do Sr. Deputado Ricardo Izar, que requer a oitiva dos funcionários do Centro de Controle de Zoonoses do Estado de São Paulo, a serem convocados, na qualidade de investigados, para prestar esclarecimentos sobre maus-tratos a animais.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, autor do requerimento.



O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu queria trocar a palavra “investigados” por “testemunhas”. Na verdade, houve um erro de digitação. Também devido a denúncias, queríamos ouvir os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Mais alguém quer discutir a matéria? *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 85, do Deputado Chico Lopes, que requer audiência pública na CPI dos Maus-tratos de Animais sobre a prática adotada no Exército relativo aos cuidados com os animais.

Alguém quer discutir o requerimento?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu o subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - O requerimento foi subscrito pelo Deputado Ricardo Izar.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 86, de 2015, do Sr. Deputado Chico Lopes, que requer à CPI dos Maus-tratos de Animais uma visita a alguns frigoríficos brasileiros sobre as condições e a forma de abate dos animais.

Alguém quer discutir o requerimento?

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu o subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - O requerimento foi subscrito pelo Deputado Ricardo Izar.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 87, de 2015, do Sr. Junior Marreca, que requer, nos termos regimentais, que sejam incluídos na audiência pública, para esclarecer a matança de galos de rinha, autorizada pelo IBAMA, em vários Estados brasileiros, os seguintes convidados: Sr. Reginaldo José dos Santos Júnior, Presidente da Associação de



Criadores e Expositores de Raças Combatentes do Rio Grande do Norte; Sr. Anderson de Sousa Avelino, zootecnista e pesquisador sobre galos combatentes; Sr. José Antonio Pinheiro, comerciante; e Sra. Kátia Maria Lobo Nunes, advogada.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu o subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - O requerimento foi subscrito pelo Deputado Ricardo Izar.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 88, de 2015, do Sr. Deputado Laudivio Carvalho, que solicita que seja incluído o Presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da OAB de Minas Gerais nas palestras a serem realizadas nas Câmaras Municipais de Governador Valadares, Montes Claros e Belo Horizonte.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu o subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - O requerimento foi subscrito pelo Deputado Ricardo Izar.

Encerrada a discussão, em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 89, de 2015, do Sr. Deputado Laudivio Carvalho, que solicita que seja realizada audiência pública para debater sobre a venda de animais — cães e cavalos — por meio de leilão pela Polícia Militar de Minas Gerais. Para realização da audiência, é sugerido que sejam convidados, dentre outras autoridades, os seguintes nomes: Lílian Marotta Moreira, do Ministério Público de Minas Gerais, Promotora de Justiça de Proteção à Fauna da Capital e integrante do Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público; Cinéreo Gonçalves Gomes, Major da Polícia Militar de Minas Gerais; Edna Cardozo Dias, Presidente da Comissão dos Direitos dos Animais, da OAB de Minas Gerais; Adriana Araújo, ativista da ONG Proteger; Bárbara França Teixeira, veterinária da ONG Proteger; e



Val Consolação - Presidente da Associação Protetora dos Animais, de Contagem, Minas Gerais.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu o subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - O requerimento foi subscrito pelo Deputado Ricardo Izar.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 90, de 2015, do Sr. Deputado Ricardo Tripoli, que requer a substituição dos convidados para a oitiva em audiência pública anteriormente requerida e aprovada (Requerimento nº 15/15) por esta Comissão. Ilma. Dra. Carla F. M. Molento, médica-veterinária, professora e coordenadora do Laboratório de Bem-Estar Animal da Universidade Federal do Paraná e Presidente da Comissão de Ética, Bioética e Bem-Estar Animal do Conselho Federal de Medicina Veterinária; Ilma. Sra. Sibylle Duran, médica-veterinária, especialista em silvestres nativos e exóticos; Ilmo. Dr. Benedito Fortes de Arruda, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, complementando esta questão, nós estamos solicitando a oitiva dessas testemunhas, que serão extremamente importantes no esclarecimento de fatos ligados a animais silvestres, a animais domésticos e aos chamados animais exóticos. Portanto, solicito a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jefferson Campos) - Em discussão.

Não havendo mais Deputados que queiram discutir a matéria, vamos encerrar a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero chamar novamente o Deputado Ricardo Izar para dar continuidade aos nossos trabalhos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dando continuidade, eu quero fazer umas perguntas também.

A senhora, como Diretora Científica do Instituto Royal, certamente conseguirá responder o que ninguém desse estabelecimento, nem o Presidente, nem os pesquisadores e nem a gerente, soube nos dizer. O Instituto Royal era um canil e também uma instituição de pesquisa?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Sim, posso responder, sim. Como eu havia colocado, cães ou ratos, não importa, animais para pesquisa são muito diferentes de animais livres ou animais de *pet*, são animais que têm de ter características bastante especiais, para que todos os resultados tenham credibilidade e para que isso possa ser transferido para as primeiras administrações humanas. Isso é uma coisa muito séria, e não se pode usar cães de *pet*, etc. Então, a primeira coisa que acabou acontecendo no UNITOX, muitos anos atrás, foi a criação de animais especificamente para pesquisa, que se tornou um canil. E o nome técnico disso é biotério. O Instituto Royal, então, registrou um canil, que, se não me engano, era de conhecimento do Kennel Club. O Laboratório Royal é um laboratório que fazia o desenvolvimento de protocolos e utilizava, quando necessário, os animais desse biotério, apesar de estarem abrigados no mesmo local — mas isso eu também posso antecipar e esclarecer. Em determinado momento, esse canil mudou-se para São Roque, e o laboratório só se mudou para São Roque bastante tempo depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Além do canil do Instituto Royal, havia um segundo canil, em São Paulo, para onde eram regularmente transferidos os cães da unidade de São Roque. A senhora pode explicar isso?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Sim, claro! É exatamente isso. É assim: o UNITOX montou esse canil. Em determinado momento, deixe-me ver aqui, eu não tenho a data exata de mudança, mas o que eu tenho certeza absoluta que aconteceu foi que o canil de criação foi transferido para São Roque e o canil de experimentação ficou dentro da Universidade de Santo Amaro. Então, como se tratava de um biotério, quando havia necessidade de se fazer algum estudo, eles eram trazidos para o laboratório.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quantos cães foram vendidos durante a existência do Instituto Royal de 2005 a 2013?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não acompanhava e não vou conseguir responder isso para o senhor, porque era uma prática que eu não acompanhava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas havia vendas?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Houve vendas. Eu sei que alguns projetos de universidades solicitaram cães para projetos, porque cães para pesquisa, assim como ratos e todas essas espécies, são animais bem específicos para tal. E eu me lembro de instituições que procuraram o Royal, porque souberam que ali havia animais nessas condições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A senhora pode dar o nome de algumas dessas instituições que compraram os cães do Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não sei, senhor.

O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - Um aparte, Sr. Presidente, dentro da pergunta. Perdoe-me a intromissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Lógico.

O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - Esses animais vendidos já estavam, não vou usar a palavra "infectados", mas já estavam fazendo parte das experiências desenvolvidas pelo laboratório ou eles eram vendidos ainda antes do...

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não. É o seguinte: o Brasil tem uma lei que diz que todo animal de pesquisa, seja ele de que espécie for, pode ser utilizado uma única vez. Não existe reutilização de animais, nem "utilização", não é o termo... Não existe reparticipação ou reentrada de qualquer animal em qualquer pesquisa, assim, subsequente. Outra coisa que eu gostaria de colocar e coloco para vocês é que o Instituto Royal nunca infectou animais, nunca provocou nenhum tipo de doença nos animais. Porque a finalidade única e exclusiva era determinar a segurança e o risco de medicamentos, e esses animais precisam ser absolutamente saudáveis, caso contrário, nós temos um resultado mascarado.

O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - Talvez eu tenha usado o termo inadequado, mas, para se utilizar o animal teria que receber algum tipo de medicamento, algum tipo de substância, até para se determinar se essa reação a



determinado medicamento ou a determinado produto era ou não maléfica ao animal e, conseqüentemente, extensivo ao ser humano. Então, esses animais recebiam algum tipo de medicação, ou de medicamento, ou de substância, que houvesse a reação ou que houvesse a percepção de que o produto era ou não maléfico ao ser humano ou ao próprio animal. Eles recebiam esse medicamento ou substância?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Quando se desenvolve um medicamento, os protocolos determinam com bastante clareza como se vai usar a dose. Normalmente, são três doses para se escolher a dose segura para que possa ser utilizada nos protocolos humanos mais tarde — frisando aqui que também para animais, porque os nossos animais *pet* usam os mesmos medicamentos humanos, às vezes fabricados por indústrias veterinárias, mas, em se tratando de princípios ativos, os mesmos. Quando um animal participa de um experimento, de um estudo desse tipo, ele não pode ser utilizado para qualquer outro estudo. Então, não. Qualquer animal que participa de qualquer tipo de pesquisa nunca participou antes e não participará de outra depois.

O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - Então, dentro da pergunta do Deputado Ricardo Izar, a senhora não sabe se esses animais foram vendidos antes de receberem esse tratamento ou após? Se for após, eles não poderiam ser reutilizados em outras pesquisas.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não. Exatamente, não, não. Então, eu posso responder, sim. Para todo e qualquer animal que foi enviado a qualquer instituição de pesquisa que procurou por eles lá, receberam animais saudáveis e animais que nunca tinham participado de nada. Isso é uma regra da ciência, que a lei brasileira também apoia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Esses animais eram vendidos só para instituições ou havia venda para particular?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não acompanhava essas vendas, senhor. Eu não consigo lhe responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quantos cães, ratos, camundongos, coelhos, foram mortos no Instituto Royal de 2005 a 2013? A senhora tem como passar esses dados para a gente?



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Olha, eu recebi aqui... Eu tenho... Eu não consigo me lembrar de tudo, porque eu trabalhei demais. Tanto o UNITOX, como o Instituto Royal eram os únicos que faziam esse tipo de estudo de segurança aqui no Brasil.

Então, eu trabalhei muito mesmo. E eu não consigo me lembrar de tudo. Eu tenho aqui os dados de 2011 a 2013, que são...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Esses a senhora já passou para a gente.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Depois a senhora manda os outros dados para a gente?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não tenho. Eu vou pedir à minha advogada. No que ela puder me ajudar nisso, eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E qual era o volume de carcaças de animais produzidos por mês ou anualmente?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Esses números aqui, que eu já citei, foi a única coisa que aconteceu lá: coelhos: em 2011, 12 coelhos; em 2012, 20 coelhos; em 2013, 10 coelhos; cães: em 2011, 20 cães; em 2012, 35 cães; em 2013, nenhum; ratos: uma média de 100 por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E para onde eram enviadas essas carcaças?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Aí acho que era o administrativo que fazia, e eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Qual era a procedência dos animais contidos no Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Os cães eram criados em um canil, que estava situado ali, em São Roque. Anteriormente, isso começou a ser feito na Universidade de Santo Amaro, e, depois, foi transferida a criação para lá. Os coelhos e os ratos eram adquiridos dos biotérios brasileiros que vendem animais para pesquisa, UNICAMP, por exemplo; FIOCRUZ, outro exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havia um grande uso de cães para o Instituto Royal. Já foi dito que os cães que não estavam mais aptos à



experimentação eram doados, mas não tivemos nenhuma prova, até agora, de que isso seja verdade ou não. Se ninguém consegue nos dizer o número exato de animais mortos, se ninguém consegue nos mostrar quem foram os adotantes desses animais, como podemos acreditar que o Instituto Royal não está escondendo essa informação? Como sabemos quem são os adotantes desses animais?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Olha, a ideia, há muitos anos, de que os cães fossem dados para a adoção, fossem adotados, foi minha. Eu sempre trabalhei dentro de uma regra mundial da ciência. A ciência é dos três erres: refinamento, reposição e redução do número de animais utilizados em pesquisas. É muito importante isso. E a adoção foi uma ideia minha, eu briguei bastante por isso. Só que eu coloquei isso na mão dos veterinários. Portanto, como eu tinha muita ocupação... Vocês fazem ideia do quanto eu lia de dados e avaliava os resultados e pensava o que poderia ser — é uma responsabilidade grande isso —, e se a gente pode seguir com isso, se os humanos vão poder usar ou não? Eu não me preocupava com outras coisas, porque havia pessoas para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E quem eram essas pessoas que cuidavam disso?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Os veterinários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eles têm o controle de para quem foi doado cada animal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eles tinham lá dentro. Eu não sei se esses documentos ainda existem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E vocês conseguem fornecer esses documentos?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não sei. Parece que muita coisa foi destruída lá dentro. Eu nem voltei mais lá, mas eu posso tentar descobrir se alguém tem ainda esses documentos, porque eu sei que eles ficavam lá dentro. Agora, eu não consigo dizer aos senhores se ainda é possível resgatar esses documentos, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quem eram os integrantes da CEUA do Instituto Royal?



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não me lembro de todos os nomes. A CEUA ficava instalada em Porto Alegre, mas o Presidente da CEUA, professor João Antônio Pegas Henriques, é um grande cientista. O laboratório dele ficava em Porto Alegre. E ele estava semana sim, semana não, dentro do Instituto Royal, passando toda a semana. Uma das garantias que o Comitê de Ética tinha de que as suas deliberações estavam sendo seguidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E quando essa CEUA foi criada e credenciada junto ao CONCEA?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não me lembro da data, mas eu tenho certeza absoluta de que foi no prazo regulamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Segundo o depoimento de uma pesquisadora do Instituto Royal, em oitiva nesta CPI, o CEUA do Instituto Royal era o CEUA da unidade Royal GENOTOX, do Rio Grande do Sul, que é o que a senhora falou agora, não é isso?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quantos CEUAs o Instituto Royal tinha? Só esse do Rio Grande do Sul?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não. Um tempo atrás, havia duas: uma em São Paulo e uma em Porto Alegre, justamente para evitar os conflitos de interesse e para evitar que um pesquisador que trabalhasse dentro de um projeto tivesse voz ou estivesse dentro desse Comitê de Ética. Isso não é correto. Por isso, havia duas CEUAs. Há muito tempo, o GENOTOX utilizava acho que ratos para um determinado tipo de estudo. Aí havia uma CEUA que avaliava todos esses projetos. Mas esse estudo foi substituído por um método alternativo. Então, essa CEUA ficou sem finalidade, a de São Paulo, porque não se usavam mais animais no GENOTOX.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A Lei Arouca foi sancionada em 2009. E ela diz, em seu art. 12: *“A criação ou a utilização de animais para pesquisa ficam restritas, exclusivamente, às instituições credenciadas no CONCEA.”* Mas o Instituto Royal foi credenciado apenas em setembro de 2013. Como a senhora explica que esses testes com animais eram feitos desde antes de 2009 e, principalmente, a partir de 2009, se ele não era credenciado no CONCEA?



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - O CONCEA começou a funcionar no ano de 2010. A posse de todos os conselheiros foi em dezembro de 2009. Durante o ano de 2010, todos nós, conselheiros, trabalhamos bastante junto com o pessoal da TI para conseguir montar todo o esquema que seria virtual para o preenchimento das instituições. Em 14 de dezembro de 2011, houve uma resolução normativa que criou o credenciamento. Essa resolução saiu em dezembro de 2012 — eu não esqueço a data porque é o meu aniversário: 14 de dezembro —, mas ela dava 30 dias para que isso entrasse em vigor. Então, entrou em vigor em 14 de janeiro de 2012. A partir daí, nós tivemos ainda alguns problemas de ordem de informática, de TI, para conseguir estabilizar o sistema e fazer com que todos pudessem ter acesso e cadastrar os dados. Essa resolução normativa de 14 de dezembro de 2011 coloca todos os quesitos, e são muitos, muitos. Para vocês terem uma ideia, tem que colocar até a planta de cada uma das partes do laboratório, e esta planta tem que ser assinada por um arquiteto ou engenheiro. Então, é absolutamente detalhado. Foi muito trabalhoso para que isso entrasse no ar e que o sistema ficasse estável. O prazo terminava em 2013. O Instituto Royal fez o seu credenciamento no prazo regulamentar, apresentou todos os documentos à comissão que foi instituída, da qual eu não participei. E posso também colocar ao senhor, porque acho que é um dado importante para o senhor: no dia 14 de junho de 2012, existe também uma resolução normativa que sugere, não dá para impingir isso, mas sugere que as instituições de pesquisa, de fomento à pesquisa, que forem fazer repasse de verbas, exijam que esses laboratórios estejam credenciados no CONCEA. Essa resolução...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Foi 14 de junho de?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - De 2012. Portanto, o laboratório trabalhou sem o credenciamento no período em que não havia credenciamento, não estava ainda o sistema colocado. Ou seja, o Instituto se credenciou junto exatamente no prazo em que todas as instituições do País se credenciaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Falando desses prazos, quando a senhora fazia parte do CONCEA? Em que ano a senhora fez parte do CONCEA?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu tomei posse como conselheira no dia 8 de dezembro de 2009.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E quando saiu o credenciamento do Instituto Royal junto ao CONCEA?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Em 2013. Não me lembro, agora, exatamente da data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E quando o Royal foi autorizado a receber o recurso do FINEP? E quando ele recebeu esse recurso do FINEP?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - O projeto foi inscrito... Isso começa com o PAC. O PAC, lá no Ministério da Saúde, colocou como prioridade estudos pré-clínicos no Brasil, porque nós temos uma... É muito pouca a nossa criação de novos medicamentos, a gente depende muito do exterior. Então, uma das coisas do PAC, que eu me lembro bem, era desenvolver, era apoiar o desenvolvimento de laboratórios pré-clínicos. Eu me lembro de que isso gerou várias discussões no MCTI e no MS, mas não que eu tivesse participado. Eu acompanhava de longe, como cientista e como curiosa. Depois, o Instituto Royal foi apoiado, ao lado de outras instituições. Porque não era só o Instituto Royal, como eu disse, isso foi um plano do Governo. E a nota de empenho, para resumir, que é uma autorização da diretoria colegiada da FINEP, data de 27 de setembro de 2010. O convênio foi assinado entre FINEP e Instituto Royal em 21 de dezembro de 2010. E a descentralização do recurso, que seria a disponibilidade dele para ser depositado na conta, não que tenha sido nessa data, mas a descentralização foi publicada em Diário Oficial do dia 23 de dezembro de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, veja se eu estou correto, a Lei Arouca foi sancionada em 2009, em que exigia o credenciamento para recebimento de recursos. O recurso foi repassado pelo FINEP, em 2010, mas o credenciamento só saiu em 2013. Está certo isso?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - O senhor está correto, todavia o que eu posso ajudar aqui é com o seguinte: a Lei Arouca é de 2008, mas não estava regulamentada. Ela foi regulamentada pelo decreto, que eu não me lembro em que... Não sei a data aqui, mas posso olhar. (Pausa.) O senhor é que tem mais prática aqui. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aqui, 6.899, de 2000...



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Sim, 6.899. Os senhores estão vendo que eu sou uma cientista, não é? (*Riso.*) Então, depois que foi regulamentado o decreto é que todas as instituições indicaram os seus representantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas o decreto é de 2009.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Sim, tanto é que os conselheiros tomaram posse em 2009, em dezembro, e, durante o ano de 2010, trabalharam — trabalhamos, porque eu participei disso —, duramente não só no seu Regimento Interno, mas na criação de diretrizes para o uso com os animais e simultaneamente toda essa plataforma para que se pudessem credenciar as instituições. É por isso que demora um tempo, porque criar essa plataforma é uma coisa bastante complexa, exatamente porque se exigiam muitos detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A senhora pode dizer com precisão quais eram os produtos ou moléculas testadas no Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu tenho esse contrato de confidencialidade com as empresas. Não sei o que dizer. Olha, eu posso falar de uma molécula que é mefloquina artesunato, por exemplo, que foi feita para a Organização Mundial da Saúde para tratar a malária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós tivemos uma reportagem, no *Estado de S.Paulo* ou na *Folha*, não lembro, logo que teve a invasão do Instituto Royal, que foi colocado pela Dra. Silva Ortiz, que a invasão prejudicou o desenvolvimento da cura do câncer. Qual era o medicamento que estava sendo desenvolvido para o câncer?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Na verdade, o Instituto Royal não desenvolvia medicamentos, o Instituto Royal trabalhava em segurança e risco para o Zular, da ANVISA, no encaminhamento para humanos. O que nós estávamos fazendo na época era estudar a segurança e o risco de uma nova forma farmacêutica para um medicamento já conhecido. O senhor quer que eu esclareça isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - É assim: as formas farmacêuticas são injeção, pomada, enfim, comprimido, drágea. E, para um determinado medicamento, que eu sinceramente não vou lembrar o nome, estava sendo



estudada uma nova forma farmacêutica. Aí, por uma questão de sigilo industrial, eu não vou poder detalhar, mas posso garantir que é uma tecnologia muito moderna e, em alguns países desenvolvidos, a gente já tem alguns medicamentos nessa forma farmacêutica que fazem com que a dose seja menor, os efeitos colaterais sejam menores e que tenham uma ação mais expressa naqueles tipos de tumor. Então, o que se estava fazendo ali era só verificar a segurança do uso dessa nova forma farmacêutica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, não foi interrompida a descoberta para cura do câncer?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Foi interrompido o estudo dessa forma que é menos agressiva no tratamento... Sabe a quimioterapia, que as pessoas vomitam demais, perdem todo o cabelo, etc., o mundo procura uma forma alternativa de que isso seja mais eficiente e menos agressivo, e esse era um estudo que estava sendo desenvolvido ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A senhora já fez experimentos com urânio, em beagles, em 1999. Fale desses experimentos e desde quando a senhora pratica a experimentação com cães.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Então, esses experimentos foram desenvolvidos pelos professores do Departamento de Física, da Universidade, e, na verdade, a minha participação foi só com relação aos bons tratos aos animais, porque sempre foi uma preocupação. E, na verdade, o que eles estavam vendo do urânio é que havia várias denúncias de contaminação de solo de indústrias. Os cientistas estavam vendo, eles deram acho que alguma alimentação que foi produzida — isso é até a pedido de uma indústria de alimentos —, produzida na região, para ver se havia traços de urânio nos animais, porque isso ia servir então para acabar com essa história, porque isso não é possível para ninguém, não é? Mas eu não participei desse estudo porque eu não sou física. Eu tinha só uma relação de cuidar de que esses animais tivessem todo o trato que cientificamente é exigido que haja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Apesar de a Sra. Izabel Vianna Villela ter tido uma relação de pesquisa com a senhora em pelo menos três



projetos, não consta nenhum artigo científico dela em que a senhora conste como coautora. Por quê?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Porque eu não sou, eu não faço genotoxicidade, eu sou farmacologista. Trabalho com fisiologia e com ação de medicamentos no organismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu seu currículo, a senhora tem um longo histórico de testes com animais — como ratos, camundongos, coelhos e cães —, toxicidade dérmica aguda perinatal, montagem de biotérios e eventos correlatos. Apenas de 1995 a 2015, o seu currículo mostra uma produção técnica de pelo menos 180 experimentos com animais. A senhora tem ideia de quantos animais a senhora já matou nesses experimentos? A senhora tem ideia de números?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu nunca... Eu não trabalho dentro do laboratório. Eu não faço a eutanásia de animais, nem faço administração das substâncias. Eu, a minha especialidade é recolher todos os dados resultantes desses experimentos e avaliar esses resultados, e dar o meu parecer se essa molécula apresenta algum grau de periculosidade ou não, e quais são os limites de segurança de uso. Novamente, eu posso voltar a usar o mesmo exemplo do Cataflam, que não fui eu que fiz, mas, como é uma substância que todos conhecem, assim, a gente só sabe que não se pode usar o Cataflam continuamente porque os estudos mostraram os danos renais. Algum cientista, como eu, na mesma posição que eu, disse isso, e a agência regulatória o aprovou para uso, por ser uma excelente molécula, mas não para uso contínuo. Então, o meu trabalho era focado nisso, entende? Todos esses relatórios que estão aí são relatórios que receberam o meu parecer técnico para que isso pudesse ser levado adiante e outras providências no caminho do uso desse medicamento, o caminho da farmácia, pudessem ser tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A senhora conhece a Sra. Kátia De Angelis? Qual era a sua função no Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Kátia De Angelis é uma excelente cientista, é uma cientista de carreira. Ela tem uma especialidade que também é difícil aqui no Brasil. Ela faz Medicina Translacional na área de Cardiologia. E esta moça me ajudou bastante. Ela não era uma funcionária do Royal, mas era uma



peessoa que me ajudava bastante, porque a minha especialidade vai muito para o lado da Neurologia, e ela tem uma especialidade para o lado da Cardiologia. Existe uma determinação, que é acolhida por todos os países do mundo, o que é uma segurança para todos nós, que se faz: a Farmacologia de Segurança. Depois que a gente determina que o medicamento é seguro, é preciso determinar se ele é seguro em determinadas, em algumas circunstâncias. Então, é a garantia de que ninguém vai ter, por exemplo, um infarto fulminante, apesar de não ter nenhum outro risco, usando determinado medicamento. E, como a Dra. Kátia é uma grande especialista na área de Medicina Translacional, ela me ajudou bastante na tomada de algumas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Além de ela ter te ajudado na questão de algumas decisões do Instituto Royal, ela também era membro do CONCEA em 2013, representando o CNPq?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - A Dra. Kátia foi indicada pelo CNPq, mas foi depois que eu saí. Eu sei disso porque eu a encontrei, ela me falou. Mas foi depois que eu saí, não é da minha época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pelos depoimentos que a gente vem ouvindo aqui na CPI, a senhora parece ter uma relação de parceria com o Sr. Marcelo Morales. Entre 2009 e 2011, a senhora era representante do Ministério de Ciência e Tecnologia no CONCEA, e o Marcelo Morales era representante da FESB — Federação de Sociedades de Biologia Experimental, no mesmo período. No período seguinte, o Marcelo Morales tornou-se Coordenador do CONCEA, e a senhora, Representante da FEBRAFARMA. Hoje, o Sr. Marcelo Molares é Diretor de Ciências do CNPq, criador da rebiotério, e a senhora, integrante do comitê desse projeto, na condição de Representante da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A senhora ocupou o posto no CONCEA de Representante da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica na condição de suplente, sendo titular o Sr. Lauro Domingos Moretto, Vice-Presidente do SINDUSFARMA. Quem indicou a senhora para esse cargo no CONCEA?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Quem me indicou foi o SINDUSFARMA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Foi o SINDUSFARMA?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E a senhora tem alguma parceria com Marcelo Morales em outros segmentos?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu conheci o Dr. Marcelo Morales exatamente no dia 8 de dezembro de 2009, na posse dos conselheiros. Eu nunca soube da existência dessa pessoa, como de várias outras que conheci ali. O CONCEA caminhou com a sua presidência, com a coordenação do Prof. Renato Cordeiro. O Prof. Renato Cordeiro pediu afastamento do CONCEA por problemas pessoais, acredito até de saúde, não sei, e o Prof. Marcelo Morales foi então designado pelo Ministro a ser coordenador em 12 de julho de 2011, por uma portaria. Ele sempre foi um colega de CONCEA como tantos outros que tive lá. A questão de eu ter sido indicada pela SBPC para a Rede de Biotérios também se deve à SBPC. Eu também recebi um telefonema e me disseram: *“Olha, nós temos que indicar uma pessoa”* — na verdade, eu sou suplente, não sou nem titular — *“uma pessoa para ser suplente numa rede que está sendo criada no CNPq, e a gente está indicando você”*. Eu disse: *“Está bom, obrigada”*. Eu tenho uma coisa muito clara comigo que é a seguinte: eu fui uma estudante de pós-graduação que tive Bolsa-CNPq, tive bolsa Bolsa-CAPEL, que são bolsas públicas. Eu sinto que devo ao País a colaboração que eu possa dar por isso. Então, quando me pedem algum trabalho que sei fazer, eu o faço de todo o grado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Considerando esse histórico e o controverso beneficiamento do Instituto Royal junto ao CONCEA, credenciado apenas em 2013, não parece difícil de sustentar que a relação de vocês não veio beneficiar o Instituto Royal e logo a Cristália, em todo esse processo?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Desculpe-me, Deputado, não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Essa relação de vínculo que vocês vêm tendo em diversos tempos — a senhora, Marcelo Morales e outros membros do CONCEA —, essa relação de ligação com o Instituto Royal também e o credenciamento dele, feito após liberação de verbas, como se explica isso? Não houve nenhum tipo de beneficiamento no Instituto Royal?



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não houve nenhum tipo de beneficiamento. O Projeto FINEP é completamente independente, que rola lá em 2010. A minha ida ao CONCEA... Quando cheguei ao CONCEA, não conhecia Marcelo Morales, como não conhecia muitos ali. Eu acho que conhecia uma pessoa, que era a Regina Marcos, que conheci na Escola Paulista de Medicina na época do meu mestrado. Não sei... Não vejo isso. Na verdade, o que posso talvez entender é que uma pessoa que entenda de segurança e risco de medicamentos, farmacologista como eu, que exerça isso há mais de 30 anos, eu não conheço outra no Brasil. Então, toda hora me chamam pra tudo, a Souza Cruz, a Rede Bio, isso, aquilo, porque eu consigo falar sobre esse assunto. Talvez seja esse o motivo de toda hora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quem era e qual era a função de Simone de Castro, no Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Simone de Castro foi uma médica veterinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ela tinha pós-graduação.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Ela, quando começou a trabalhar lá, não tinha. Ela fez pós-graduação depois, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de São Paulo, se não me engano. Ah, sim, lembrei-me, agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Fez?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Fez na USP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Fale mais a respeito do trabalho de mestrado de Simone de Castro, defendido em 2012, sob a orientação de Paulo Mayorca, da USP, em que 38 *beagles* foram mortos entre 2009 e 2011, para elaboração dessa dissertação.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Ah... A história desse trabalho agora me lembrei bem, quando o senhor me disse Paulo Mayorca. O Mayorca é um grande pesquisador. Existe um procedimento que é um procedimento de segurança. Tudo que eu disser aqui a respeito de estudar a segurança de uma molécula é bem nesse sentido, é de ter certeza de que aquilo pode ser administrado a um ser humano. Então, todos os seres vivos têm variações. Se a gente medir aqui, por exemplo, quantas hemácias cada um de nós tem, isso vai ser variável e estamos



todos com saúde. Então, qual é o rito, qual é a linha que a gente usa dentro de pesquisa para ter certeza que aqueles dados obtidos estão dentro da normalidade? É juntar todos os dados obtidos ao longo do tempo, de todos os animais que foram utilizados naquele laboratório ao longo do tempo. Eu vou continuar utilizando, por exemplo, hemácias e tirar uma média. Isso se chama controle histórico. Então, quando um laboratório é sério e trabalha há muitos anos dentro da mesma coisa, na mesma linha, nos mesmos parâmetros, ele usa esse controle histórico para comparar com os dados obtidos naquele momento, para ter certeza de que aquilo está dentro ou fora do esperado. O Prof. Paulo Mayorca pediu para utilizar os dados que faziam parte do controle histórico do Instituto Royal. Nenhum animal vivo foi morto, nada disso, para a obtenção desses dados. Esses dados são obtidos naturalmente por qualquer laboratório sério e são arquivados e guardados, assim como isso também existe nos laboratórios para humanos. Por isso, a gente tem os valores de referência nos exames de laboratório e isso existe na medicina veterinária também. Mas no caso do Instituto Royal, como os cães eram de uma única proveniência, era importante ter o controle histórico. E mais, o INMETRO cobra esse controle histórico. Cada vez que faz auditoria, ele pergunta se tem e quer ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A Presidente da CEUA, da Faculdade de Veterinária da USP, veio aqui à CPI e disse que nunca visitou o Instituto Royal, sendo que lhe foi dito que esse trabalho seria realizado com base em dados antigos do Royal, mas 38 animais foram mortos para essa tese, que sequer deu origem a um artigo científico relevante. Esse procedimento é normal? Sim ou não? É normal esse procedimento?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não foram mortos 38 cães para essa tese. Foram utilizados dados gerados de 38 cães, que, ao longo do tempo, participaram de estudos diferentes, e cães que talvez até tenham sido doados depois. São dados: dados, números, papel. Não foi utilizado nenhum animal designado para essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E é normal as CEUAs, por exemplo, dessas faculdades aprovarem o trabalho de um instituto que sequer visitaram ou conhecem pessoalmente?



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - O Instituto Royal tinha o monitoramento do INMETRO, que é um selo de qualidade de boas práticas de laboratório, obtido de maneira muito séria, e eles auditam, inclusive, essa parte de dados. Todos os equipamentos, por exemplo, de hematologia, já que mantemos o exemplo das hemácias, têm de ser calibrados ou em Xerém ou em algum laboratório qualificado na Rede Brasileira de Calibração do INMETRO. Isso é só para vocês terem uma ideia. Então, os dados gerados são dados que a gente tem certeza que são corretos e são monitorados. E mais: o processo utilizado pelo INMETRO exige rastreabilidade dos dados, e nas auditorias eles buscam a rastreabilidade. Eles partem de um dado e chegam a um estudo inteiro a partir de um único dado. De forma que eu tenho certeza de que, quando o Prof. Paulo Mayorca, que eu conheci na minha época de doutorado, muitos anos atrás, na Faculdade de Medicina Veterinária, pesquisador seríssimo, que mandou esse projeto para a CEUA, e a CEUA aprovou, ela aprovou porque seriam utilizados dados. Repito: nenhum animal foi destacado para essa tese, apenas dados que já tinham sido gerados e já tinham sido auditados pelo INMETRO, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Numa publicação de 2009, da FASEP, há um claro relato de um trabalho da senhora com carbonato de lodenafila, conhecido por Helleva, de invenção, produção e propriedade da Cristália. Qual é a sua relação com a Cristália?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - A Cristália era um cliente do Instituto Royal e, quando essa substância chegou ao Instituto Royal para estudo de segurança e risco, eu fiz o meu papel de sempre: colhi os dados, avaliei os dados todos e tal. Posso lhe citar, se o senhor quiser, uma frase que, a meu pedido, consta na bula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A unidade da Cristália Farmacêutica, localizada em Itapira, que é ali perto de São Roque, empregava ou fornecia funcionários ao Instituto Royal?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não. O Instituto Royal era o Instituto Royal. Sempre foi o lugar onde eu trabalhava, OSCIP. Não, que eu saiba, não. Não tenho conhecimento disso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se o Instituto Royal obteve autorização BPL, do INMETRO, para realização de pesquisas apenas em 2012, como justificar a realização de experimentação muito antes disso?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - É o reconhecimento inicial do Royal, porque o UNITOX tinha um reconhecimento anterior a isso. Eu fiz parte da instalação das Boas Práticas de Laboratório no Brasil, para variar um pouquinho, né? O INMETRO também contou com a minha colaboração nisso nos anos 90. Eu fiz o primeiro curso de BPL no Brasil. Para vocês terem uma ideia, foi trazido um americano, Karl Morris, que já é falecido. Esse primeiro curso foi dado no Brasil pelo INMETRO. Eu fiz esse curso. Aprendi o que era. Fiz a implantação das BPLs dentro do UNITOX. O UNITOX foi o laboratório 0001, auditado pelo INMETRO para Boas Práticas de Laboratório. Isso seguiu. Depois, quando mudou, quando o UNITOX fechou — e sempre com as auditorias regulares e tudo o mais —, quando ele fechou, foi reconhecido inicialmente em 2007, porque daí acabou a validade da diplomação do UNITOX e começou... Tinha que fazer de novo, e aí já fez como Royal, em 2007. Depois, ele foi sendo revalidado todo o tempo, e quando o laboratório mudou de São Paulo, quando acabou o contrato lá dentro da UNISA e foi para o Royal, eu me lembro bem que foi pedida uma alteração de endereço. Não foi fechada uma BPL e aberta outra. Isso foi uma instrução do próprio INMETRO. Então, eles pediram qual era o tempo que a gente precisava para terminar a mudança, ligar os equipamentos, verificar as calibrações, para que eles pudessem auditar para começar a usar o selo com aquele endereço. E assim foi feito, eles fizeram a auditoria. Eu quero dizer aos senhores que é uma auditoria severíssima: eles vão numa equipe, ficam uma semana lá e olham absolutamente tudo. Então, é uma sequência, mas isso está à disposição também no INMETRO. É só pedir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eles verificam também a documentação do local, alvará de funcionamento, essas coisas?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu não consigo lhe dizer isso, porque, numa auditoria, fica todo mundo correndo, preocupado em entregar as coisas que eles estão pedindo, porque uma das exigências é que eles recebam o documento solicitado na hora.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Porque não tinha alvará de funcionamento o Instituto Royal, né?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Olha, isso é uma questão administrativa que eu não consigo lhe responder. O que eu posso lhe dizer é que eu ficava responsável, nas auditorias, pela parte científica, entregando prontamente todos os documentos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bom. Eu encerrei. O Deputado Ricardo Tripoli vai fazer mais algumas perguntas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É só uma questão: Dra. Ingrid, a senhora sabe que a Comissão Parlamentar de Inquérito se brifa muito no Código de Processo Penal. Essa questão do Instituto Royal teve início por uma representação da UIPA, que é a União Internacional de Proteção aos Animais, que demandou que se iniciasse um processo de investigação junto ao Instituto Royal. Eu fiz uma pergunta à senhora, se a senhora teria ido a algum distrito policial, à Justiça, ao Ministério Público. A senhora me disse que não. Está gravado o que a senhora me disse, e eu, compulsando aqui os autos do relatório que eu havia feito do Instituto Royal, anteriormente, verifiquei aqui que, no dia 21 de agosto de 2012, a senhora compareceu perante o Ministério Público, junto ao Promotor Dr. Wilson Velasco Júnior, e a senhora foi acompanhada pelo seu advogado, Dr. Augusto Mendes Machado, para prestar declarações a respeito do Instituto Royal.

Eu não sei se a senhora realmente mentiu ou omitiu, mas acho um fato relevante a senhora ter esquecido. Ninguém vai a uma delegacia de polícia ou ao Ministério Público, em 3 anos, e se esquece de que esteve no Ministério Público. Eu queria saber se a senhora confirma ou não a sua declaração de que a fase experimental não tem acesso a espaço externo, e quanto a isso a senhora respondeu que os animais precisam ser mais resguardados de agressões. Essa foi a primeira afirmação que a senhora fez. A segunda é sobre o FINEP: *“Que serão utilizados em melhorias no próprio Instituto”*. A informação que nós temos aqui é de que foram comprados equipamentos, cerca de 400 mil, 500 mil reais, e o restante, 4 milhões e tanto, foi devolvido para a entidade. Se a senhora quiser ver a sua assinatura, se procede ou não, eu pediria ao Presidente que mostrasse. A senhora



confirma a sua assinatura e a sua ida ao Ministério Público, já que a senhora disse aqui que não compareceu a nenhum órgão de investigação?

Então, eu queria que a senhora, primeiro, confirmasse ou não a sua assinatura. Em seguida, que a senhora me dissesse se confirma ou não as declarações, no Ministério Público, que a senhora fez.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, o senhor tem razão. Eu não me lembrava mais disso. Eu não mentiria aqui. Não se trata disso. Eu nem me lembrava mais disso. Em 2012, houve uma passeata, vários cartazes foram colocados no portão, uma série de coisas, e vou até dizer aos senhores que eu fiquei com medo pelos animais, pela estrutura e tudo mais. Isso aqui se refere, se não me engano, a essa situação. Tá? Então, o senhor me perdoe. Eu não me lembrava realmente mais disso. Eu fui à delegacia algumas vezes. Sim, é a minha assinatura, Ministério Público.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Outra pergunta que eu fiz à senhora, se a senhora confirma que os animais precisam ser mais resguardados de agressões, consta aqui do seu depoimento. A senhora confirma ou não?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu tinha medo de que os animais fossem agredidos por ativistas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ah, a senhora estava aqui resguardando os animais dos ativistas?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - De quem?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Eu tinha medo de qualquer pessoa que pudesse entrar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - De uma invasão?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Não, não sei se de uma invasão. Eu afirmei aqui o tempo todo que eu sempre tive muito cuidado com os animais que eu sempre lesei...é... O senhor me deixou tão nervosa agora!

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Fique tranquila.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Que eu sempre zelei. Não, é verdade. Eu sou uma pessoa tão transparente. *(Pausa.)* Tá, então eu queria ver o contexto. Eu quero ler o depoimento. *(Pausa prolongada.)*



A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Posso lhe responder, sim. Agora me lembrei qual foi a pergunta que me foi feita. O senhor me desculpe. Eu nem me lembrava mais disso aqui realmente. Existe uma questão de nomenclatura de biotérios. Isso não é uma nomenclatura utilizada no geral. Nos biotérios, os animais, onde são criados... Tem biotérios de criação, tem biotério de manutenção e tem o laboratório de experimentação. Todos os animais que vão para experimentação precisam realmente ficar resguardados e protegidos para não receber nenhum tipo de, sei lá, uma picada de um mosquito que transmita uma doença ou qualquer coisa assim. Os animais precisam ser muito saudáveis. Então, quando eu digo aqui o motivo pelo qual os canis, chamados de “estoque” — “estoque” era o nome que se dava aos animais que estavam ali, que saíram do biotério de criação e iriam para alguma experimentação —, não têm acesso a espaço completamente aberto, é para que eles possam ser resguardados de agressões externas, que são essas justamente de manter o animal íntegro e resguardado. Eu gostaria que o senhor me desculpasse. Eu fiquei até nervosa com isso, porque não me lembrava. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não, ficou claro. Então, não é a questão de que a senhora tinha receio de que alguém pudesse maltratar os animais, mas é em função do que a senhora...

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Na verdade, senhor, eu preciso até esclarecer outra coisa. Lá no UNITOX, eu pedi que fosse colocada uma tela dupla com distância de 1 metro entre uma e outra, para que ninguém pudesse, por exemplo, chegar e dar um chocolate para o cachorro, para que ninguém tivesse essa oportunidade, porque isso faz muito mal.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Aliás, a única coisa que eles faziam era dar chocolate para o cachorro, não é.

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Isso faz muito mal para o animal, muito mal. Os *pets* também não podem. Isso faz muito mal. Então, a gente tem que zelar pela saúde, pelo bem-estar e garantir que os dados sejam...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Estou satisfeito com o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Sérgio Moraes.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Na verdade, eu não sou membro desta CPI, mas estou aqui como convidado dos Deputados Izar, Tripoli e Sachetti, enfim.

A senhora falou que presta alguns serviços, algumas informações — foi muito rápida a sua fala, mas eu consegui pegar —, que presta algum atendimento para a Souza Cruz. Que tipo de atendimento?

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - A British American Tobacco, que é a Souza Cruz, manteve durante vários anos um comitê aqui no Brasil para cuidar de diminuir o dano do fumante, porque é sabido que deixar de fumar é muito difícil, e muito se preocupa, e com razão, com a saúde do não fumante. Nós sabemos que a fumaça paralela do cigarro é uma coisa bastante prejudicial, de forma que esse comitê trabalhava no sentido de ver o que era possível fazer para diminuir o risco de saúde do fumante, o dano. Era um comitê bastante grande, formado de 16 ou mais pessoas que se reuniam — não havia uma frequência, talvez a cada 2 meses, alguma coisa assim — para discutir temas importantes da indústria do cigarro, especificamente a British American Tobacco. E era formado por médicos cardiologistas, pneumologistas, especialistas em genotoxicidade, toxicologistas como eu, engenheiros agrônomos, químicos, toda a sorte, porque não importa só o organismo, mas também a constituição de filtro, os constituintes da folha de tabaco e o que resulta da sua queima, da sua combustão, etc. Solicitaram a minha colaboração como conhecedora dessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Bom, eu agradeço à Dra. Ingrid Dragan Taricano. Está encerrado o seu depoimento.

Convido a tomar assento à mesa...

A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO - Só um minutinho. Sou eu quem agradeço a oportunidade de ter podido esclarecer. E me coloco à disposição da CPI sempre que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Doutora.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Ogari Pacheco. *(Pausa.)*

Deputado Adilton Sachetti, V.Exa. pode presidir por um tempinho só para eu ir ao toalete? *(Pausa.)*



Então, vamos interromper a reunião por 5 minutos para dar tempo de votarmos e voltarmos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está reaberta a sessão.

Sr. Ogari, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, sendo-lhe garantidos os direitos constitucionais, entre os quais o exercício da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação; o direito de ser assistido por advogado ou, em falta deste, de lhe ser nomeado defensor *ad hoc* e de com este comunicar-se pessoal e reservadamente durante o curso do depoimento; e o direito de ver respeitadas, sempre em seu próprio benefício, as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994 — Estatuto da Advocacia.

Advirto o depoente de que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a sua versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Tem a palavra por até 20 minutos o Sr. Ogari Pacheco.

O SR. OGARI PACHECO - Boa tarde a todos. Meu nome é Ogari de Castro Pacheco, sou médico de formação, tendo concluído o curso na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo há cerca de 50 anos, onde fiz, posteriormente, residência em Cirurgia do Trato Digestivo. Logo depois de terminada a residência, convidado por um colega contemporâneo, eu, que sou paulistano, fui para Itapira, para montarmos uma clínica médica. Cliniquei por cerca de 20 anos, quando enviuvei e, com três filhos, achei preferível me dedicar exclusivamente à atividade empresarial, não atendendo mais no consultório. Hoje, eu presido o Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Limitada, que é uma empresa líder de um grupo que congrega várias empresas e emprega cerca de 4 mil funcionários. Além do que, exerço também a presidência da ABIFINA — Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina e sou conselheiro da Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. É o mais importante, mais significativo. Acho que são esses os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Relator, o Deputado Ricardo Tripoli.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor prefere ser chamado de Ogari ou de Pacheco?

O SR. OGARI PACHECO - Meus colegas sempre me chamaram de Ogari, mas em Itapira, como o nome é difícil de pronunciar, todo mundo me conhece por Pacheco.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Vou-me permitir tratá-lo de Dr. Pacheco. O senhor é proprietário da Cristália. O senhor tem informação de que no dia 21 de abril de 2005, na Rodovia Itapira-Lindóia, quilômetro 305, propriedade da Cristália, se reuniram em assembleia geral os associados do Instituto de Educação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica — Royal, o Sr. Romeu Pereira de Souza, Flávio de Paula Ferreira, Paulo Roberto Gasperotti Sampaio, Alexandre Ribeiro Ferreira, Fernando Marino, Maria Angela Frateschi Araújo, Salvatore Antonio Galfo, Milton César Olímpio, Cláudio Aparecido Samogin, para resolverem alterar artigo do estatuto do Instituto de Educação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica — Royal. O senhor poderia nos informar o que se deu na propriedade do Cristália, na formação do Instituto Royal?

O SR. OGARI PACHECO - É importante esclarecer o seguinte. Cristália é o nome de um logradouro, de um bairro. Lá existia uma clínica de repouso chamada Clínica de Repouso de Itapira. Esse endereço a que o senhor se refere é dessa clínica de repouso. Próximo dali existiu o Laboratório Cristália, porém, num próprio, completamente separado. O que houve foi, por reunião e indicação dos nossos advogados, uma reunião para tratar da mudança de localização do Instituto Royal, que antes funcionava em São Paulo e que passou a funcionar em São Roque.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A clínica de repouso a que o senhor faz referência é de sua propriedade ou de propriedade da empresa de que o senhor fazia parte como sócio?

O SR. OGARI PACHECO - Eu era um dos sócios-fundadores. Éramos quatro sócios-fundadores. Eu era um deles.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor pode me dizer... O Sr. Romeu Pereira de Souza era o Presidente da OSCIP Instituto Royal e ao mesmo tempo era advogado funcionário do Laboratório Cristália. Como se deu essa dupla



função exercida? O que ele fazia no Cristália e qual a função que ele exercia no Instituto Royal?

O SR. OGARI PACHECO - Conheço o Dr. Romeu de longa data. Chegamos no mesmo dia a Itapira, ele para trabalhar como dentista no Hospital Bairral, e eu como médico no mesmo hospital. Foi meu dentista por vários anos. Depois disso, nos afastamos, sendo que, quando da constituição do Instituto Royal, o que se deu foi que diretores meus de pesquisa, informados pela Dra. Regina Scivoletto de que o UNITOX, uma entidade de pesquisa albergada na UNISA, ex-OSEC, estava com dificuldades e por cerrar suas portas... Ela disse: *“O que pode ser feito para que o UNITOX continue funcionando?”* Eu coloquei a questão na mão do nosso jurídico, e eles resolveram, sugeriram que se criasse uma OSCIP. Nós estamos numa cidade pequena, menos de 60 mil habitantes. As pessoas se conhecem. Quem é que nós convidaríamos para fazer parte dessa OSCIP? Aquelas pessoas que tivessem condições de exercer a sua função voluntariamente e que merecesse a confiança e o respeito dos demais. O Romeu foi uma dessas pessoas escolhidas pelos nossos diretores do departamento jurídico.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor confirma, então, que houve essa reunião na propriedade da Cristália, onde houve alteração do endereço do Instituto Royal? As pessoas estiveram lá, essas pessoas que eu nomeiei para o senhor aqui, que constam dessa ata da assembleia geral extraordinária do Instituto Royal, que está registrada inclusive aqui no registro civil de pessoa jurídica da Comarca de São Roque? Só para ver e o senhor confirma. Se o senhor quiser inclusive ter acesso aqui, eu vou passar ao senhor. Por gentileza, dê uma olhadinha. O senhor confirma essa reunião que consta dessa ata registrada em cartório?

(Pausa.)

O SR. OGARI PACHECO - Esse é um instrumento de fé pública e não há como negar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Perfeito. Então, o senhor confirma a realização desse evento.

O senhor teria alugado um imóvel ao Sr. Romeu Pereira de Sousa de sua propriedade ou de propriedade da Cristália?



O SR. OGARI PACHECO - O Dr. Romeu, há alguns anos, enfrentou um grave problema pessoal e teve necessidade de se hospedar em São Paulo por um certo período. Sinceramente, eu não me recordo se eu aluguei ou se eu cedi. Se eu aluguei, eu não deveria ter feito, eu deveria ter cedido. Pelo problema que ele estava enfrentando e em se tratando de uma quitinete, eu, sinceramente, faria isso de novo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O edifício do Instituto Royal, que fica em São Roque, pertencia à Sra. Isis, que era esposa de um dos fundadores do Cristália, o falecido Sr. João Maria Stevanato. Tratava-se de um prédio de dois ou três andares. E, estranhamente, o aluguel pago girava em torno de 4 mil reais, muito abaixo do mercado. O que o senhor teria a dizer a respeito desse favorecimento ao Instituto Royal?

O SR. OGARI PACHECO - Deixa eu explicar. Esse prédio a que o senhor se refere foi adquirido por esses quatro fundadores da Clínica de Repouso de Itapira.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quando o senhor fala dos quatro, o senhor se inclui nesses quatro?

O SR. OGARI PACHECO - Eu estou entre os quatro.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor está nos quatro?

O SR. OGARI PACHECO - Sim. Esses quatro fundadores da Clínica de Repouso de Itapira adquiriram um hospital chamado Clínica de Repouso Mailasqui, que ficava nesse prédio, antes da existência do Laboratório Cristália, inclusive. Pois bem. Durante muitos anos, neste prédio, funcionou essa Clínica de Repouso Mailasqui. Cerca de 20 a 30 anos depois, por questões de distúrbios financeiros, o hospital cerrou suas portas. Ele estava fechado e à venda, quando, uma vez constituído o Instituto Royal e tendo sido pedido o prédio que estava alugado para o Royal pela UNISA, o Royal precisava de um... O que me foi dito pelo meu diretor de pesquisas: *“Eu sei que existe um prédio assim e assim, o Royal está necessitando ser albergado em outro lugar, uma vez que tem que sair da UNISA. Podemos ir para lá?”* Eu falei: *“Tratem com a administração da holding imobiliária. A essa altura do campeonato, esse prédio pertencia a duas holdings imobiliárias: da família Pacheco e da família Estevanato. Nessa altura, dois dos fundadores iniciais já tinham se afastado do grupo.*

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Muito bem.



O SR. OGARI PACHECO - Perdão...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Pois não, continue.

O SR. OGARI PACHECO - Quando o senhor se refere a um aluguel de 4 mil reais, eu suponho que isso se refira a um aluguel inicial. Eu não falei em 4 mil reais, mas eu suponho que esse valor, para um prédio daquele tamanho, deve ter sido à época. Certamente, isso foi definido pelos gestores da *holding* imobiliária, e deveria haver cláusulas contratuais prevendo os reajustes cabíveis.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Essa informação foi dada pelo Sr. Romeu aqui nesta CPI. Por isso que eu fiz referência a esse valor que ele mesmo declarou aqui. Então, obviamente, eu não sei a data, não sei se ele precisou a data à época, mas foram informações prestadas pelo advogado da sua empresa.

O estatuto da OSCIP Instituto Royal, registrado em 17 de novembro 2004, tem como associado o Diretor Clínico e Técnico do Hospital Psiquiátrico Cristália. Em 2005, como eu já lhe mostrei, firmaram contrato de locação o Instituto Royal e os industriais sócios-proprietários desse Instituto. Inclusive, o senhor faz parte dessa... O senhor não vê uma certa estranheza em ter uma pessoa que é o Diretor Clínico do Hospital Psiquiátrico Cristália e, ao mesmo tempo, é membro do Instituto Royal? Como havia essa miscigenação entre um instituto e a empresa privada Cristália?

O SR. OGARI PACHECO - Não é difícil explicar. Veja bem...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Fique à vontade.

O SR. OGARI PACHECO - No Laboratório Cristália, durante um certo período, nós tomamos como decisão não contratar parentes para não haver nenhum favorecimento ou ajuda de um para outro e assim por diante. Ou então, se alguém precisar ser demitido, não causar problemas com outro. Tivemos que revogar isso, porque estamos numa cidade de menos de 60 mil habitantes, em que todo mundo é parente de todo mundo. Então, encontrar pessoas com ligação entre si numa cidade dessa é extremamente frequente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas mesmo técnicos especializados? Imagino eu que um diretor técnico de uma OSCIP, que faça, como acabou de prestar o depoimento aqui a Sra. Taricano, toxicologista renomada, com títulos de doutorado, pós-graduação... Enfim, o senhor acha que numa cidade de pequeno porte, como o senhor acaba de levantar, seria fácil identificar profissionais



que tivessem essa capacitação na mesma cidade? É comum isso ocorrer nos institutos de pesquisa ou nas empresas do porte da sua, que é a Cristália, renomada empresa de produtos fármacos?

O SR. OGARI PACHECO - A Dra. Ingrid é uma técnica renomada, contratada em São Paulo pelo Royal, pelo que eu sei. Mas eu me refiro à constituição da OSCIP que administrava o Royal. Nessa OSCIP, as qualificações profissionais, as carreiras das pessoas, etc., tinham uma importância relativa. O Dr. Romeu era dentista, o Dr. Paulo era médico. Não vejo incoerência nem problema nesse fato.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A Dra. Silvia Ortiz também era uma pessoa localizada nas imediações do Instituto Royal ou do Cristália?

O SR. OGARI PACHECO - Até onde eu sei, a Dra. Silvia trabalhou poucos meses. Eu a conheci através de uma entrevista na televisão. Ela tinha 3 meses de Royal e era uma profissional, ao contrário do Dr. Paulo, ao contrário do Dr. Romeu. Era tão profissional quanto a Ingrid.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O Sr. Romeu Pereira de Souza, Presidente do Instituto Royal, é funcionário da Cristália, é advogado e atua na área de licitações, segundo informações que ele prestou aqui. Qual seria a atividade concomitante de um advogado que atua na área e tem *expertise* na área de licitações e atua no Instituto Royal como o Presidente dessa OSCIP? Ou seja, ele era um funcionário de uma empresa, de uma indústria, como advogado, e presidia uma OSCIP que prestava serviços à Cristália.

O senhor não acha que há certa interferência no que diz respeito a uma empresa que presta serviços científicos e que, obviamente, vai ajudar no protocolo de vários produtos que são feitos numa empresa que estaria sendo, vamos dizer assim, “beneficiada”, entre aspas, por alguém que tivesse o cargo e dependesse dos salários de uma empresa como a Cristália?

O senhor não acha que essas questões se confundem num determinado momento? Porque nós temos aqui já o registro na formação da empresa de um funcionário que é da Cristália e é do Instituto Royal. Nós temos agora o Sr. Romeu, que é o Presidente da OSCIP, não é um funcionário qualquer, é o Presidente da OSCIP. O maior cargo que existe nessa OSCIP é o de Presidente. Ao mesmo tempo, ele é advogado na área de licitações do Cristália.



Como é que o senhor justifica essa ambiguidade de ele poder ter as duas funções, eu não diria ubiquidade, mas ambiguidade de operar nas duas pontas, tendo funções diferentes e atendendo, com certeza, interesses ou da OSCIP ou do Cristália?

O SR. OGARI PACHECO - Eu acho que ele podia, perfeitamente, exercer as duas funções, porque no Cristália ele era profissional, era um advogado — era não, é —, advogado da área de licitações, e dessa área ele cuida, e cuida muito bem. Agora, como Presidente do Royal, ele não era profissional. Ele cuidava dos interesses da OSCIP, que era uma entidade sem fins lucrativos, não recebia absolutamente nada, e trabalhou, deu seu trabalho, sua contribuição por solicitação. Por quê? Porque se precisava de alguém, não de uma, mas de várias pessoas para trabalharem para dar consistência ao Royal. Eu vou citar outro exemplo. Recentemente, eu fui procurado em Itapira pelos médicos da cidade para que eu auxiliasse a Santa Casa. Eu mostrei que eu não tinha condições de trabalhar na Santa Casa mais. *“Não, não. Nós o queremos na administração”*. Menos ainda, eu não tenho tempo para isso. Os meus advogados sugeriram que se constituísse uma OSCIP para cuidar da Santa Casa. O que foi feito. Nessa OSCIP existem médicos, existem advogados, existem engenheiros, existe até padre, que evidentemente não ganham absolutamente nada, para reerguerem uma Santa Casa que estava pré-falimentar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O Sr. Romeu declarou aqui que a Cristália era a maior consumidora do Instituto Royal. O Instituto Royal era o maior cliente da OSCIP do Instituto Royal. A Cristália era a maior cliente. O senhor diz aqui que o Sr. Romeu era um profissional na Cristália e era um funcionário sem fins lucrativos na OSCIP. Em sendo a maior cliente do Instituto Royal a Cristália, o senhor não vê nenhuma ingerência, pelo menos no que diz respeito à formatação dos preços ou pelo menos no que diz respeito aos tipos de pesquisas que eram realizados no Instituto Royal em benefício da empresa Cristália?

O SR. OGARI PACHECO - Dois aspectos a considerar. Em primeiro lugar, a Cristália não era o cliente único do Royal. Era um cliente importante. Agora, se a Cristália era importante para o Royal, a importância do Royal para a Cristália, como fornecedor de serviços, era discreta. Acho que não representava cerca de 10% dos



nossos dispêndios em pesquisas de várias naturezas no Brasil e no exterior. Nós temos pesquisas sendo levadas a efeito na Índia, na Inglaterra, na Espanha, nos Estados Unidos, na Escócia, fora em universidades brasileiras, como a UNICAMP, UNIFESP, UFRJ, USP, etc. Então, nós tínhamos e temos pesquisas em andamento em “n” instituições.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O fechamento do Instituto Royal não causou nenhum prejuízo, já que o Instituto Royal tinha como maior cliente a Cristália? Porque ele foi fechado em São Roque, e me parece que foi fechado também em Porto Alegre, ou seja, ele não existe mais. Parece-me que parte dos recursos que foram advindos do FINEP foi devolvida e parte dos equipamentos que foram comprados está num depósito, segundo a Dra. Silvia Ortiz, aguardando uma definição. A OSCIP, pelo que consta, já não existe mais. Não houve prejuízo à Cristália, com o fechamento do Instituto Royal?

O SR. OGARI PACHECO - Certamente, houve prejuízo ao Cristália, porque nós tínhamos vários estudos em andamento. A propósito, havia um estudo muito importante que estava sendo levado a efeito para uma molécula destinada a tratamento da hipertensão pulmonar. Foi esse o início do trabalho com o produto Helleva. Ele acabou sendo destinado para disfunção erétil, mas a principal função era tratar hipertensão pulmonar, uma moléstia insidiosa, grave, séria, que tem um prognóstico de vida semelhante ao de câncer. Isso foi destruído. Nós tivemos — estamos fazendo — que recomeçar os estudos todos. Estamos fazendo isso na Índia.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor poderia depois enviar à CPI os dados sobre esses estudos? Logicamente, como o senhor disse, eles foram destruídos, mas o senhor mencionou determinado tipo de estudo que leva exatamente à formatação de um produto ou de uma pesquisa de que hoje o senhor se utiliza, segundo informações que o senhor deu, na Índia.

O SR. OGARI PACHECO - Certamente, eu posso enviar ao senhor o que nós estabelecemos como protocolo e solicitamos. Agora, eu insisto: a imensa maioria dos trabalhos foi destruída por ocasião da invasão do Instituto Royal.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor mantém vínculo com a ANVISA?



O SR. OGARI PACHECO - Sim, na condição de um laboratório farmacêutico, que tem que registrar os seus produtos na ANVISA. E todos os produtos que nós temos estão regularmente registrados na ANVISA.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor conhece ou tem relacionamento pessoal com o Sr. Dirceu Barbano, ex-Diretor-Presidente da ANVISA?

O SR. OGARI PACHECO - O Dirceu Barbano iniciou sua carreira como estagiário no Laboratório Cristália. Ficou lá — não me recordo quando — 1 ano, 2 anos. Eu sei disso porque, muito tempo depois, me encontrando com ele, já em Brasília, ele se referiu, mais de uma vez... Aliás, ouvi palestras dele em que ele dizia que começou a carreira profissional como estagiário no Cristália. Eu o conheço. Ele foi Presidente da ANVISA.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E que tipo de atividade ele tinha na ANVISA? O senhor disse que tinha muitos contatos, por conta da elaboração de produtos medicamentosos. Com certeza, o senhor dependia do registro ou da capacitação ou do protocolo, enfim, o senhor tinha lá certa necessidade. O fato de ele ter estagiado ou trabalhado na Cristália não fez com que o senhor tivesse algum tipo de vantagem depois? Obviamente, como Presidente do maior órgão de controle de medicamentos no Brasil, ele poderia ou não favorecer a sua empresa.

O SR. OGARI PACHECO - Com certeza, não. Isso é muito fácil de verificar. Se nós analisarmos o número de registros concedidos nos últimos anos para as diferentes empresas, a nossa é uma das que têm, infelizmente — gostaria de ter mais —, um número reduzido de novos registros.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - No período em que ele exerceu a Presidência, então, o senhor não teve nenhum desses registros aprovados, pelo que o senhor está colocando? Ou teve menos do que os outros. O que ocorreu nesse período?

O SR. OGARI PACHECO - Eu posso enviar para cá a relação das aprovações dos últimos registros, inclusive na gestão do Dr. Barbano, mas, com certeza, não houve nenhum privilégio. Digo isso com a mais absoluta certeza.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu vou passar uma relação para que o senhor dê uma lida nos nomes que constam nela. São todos diretores da



ANVISA. Se o senhor puder, peço que me diga se com algum deles o senhor tem relacionamento pessoal ou profissional, com algum desses Diretores da ANVISA. Eu sei que talvez demore um tempo. Fique tranquilo. O senhor tem todo o tempo disponível. *(Pausa prolongada.)*

(O depoente examina a relação.)

O SR. OGARI PACHECO - Desta relação, de todos, eu tive a oportunidade de conversar, mais de uma vez, com o Sr. Ivo Bucarestre. Ele foi fazer uma palestra na ABIFINA — Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, a convite da diretoria da ABIFINA, e eu era Presidente, tive que recepcioná-lo. Os demais, eu sei da existência, sei quem são: Jarbas, Multinho, Porto. Sei, mas não privo de relacionamentos com nenhum deles, nem pessoal...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Nem profissional?

O SR. OGARI PACHECO - Profissional... Quem cuida disso são os diretores da área de regulatórios. Eu não cuido disso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Na sua empresa, quem é que cuida dos casos da ANVISA? Qual é o funcionário seu que lida com esse setor de patentes, de credenciamentos?

O SR. OGARI PACHECO - Registros é afeto à diretoria de regulatórios.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Da sua empresa?

O SR. OGARI PACHECO - É claro, da minha empresa.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E qual é o nome dele, por gentileza?

O SR. OGARI PACHECO - Dra. Lizandra. Posso enviar também...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Dra. Lizandra?

O SR. OGARI PACHECO - Posso enviar, para o senhor, o nome...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Faça-me essa gentileza.

O SR. OGARI PACHECO - Anote para mim o que eu preciso fazer, por favor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu vou passar-lhe agora um outro...

São duas folhas...

O SR. OGARI PACHECO - Com relação a patentes, é afeto à outra diretoria. Também posso mandar o nome da pessoa que responde por patentes.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Perfeito. Eu gostaria, se o senhor pudesse fazer essa gentileza.

Eu vou passar-lhe aqui um documento de duas páginas que contém também nomes e fotografias de diretores anteriores a esses que eu lhe passei. Se o senhor pudesse ver se o senhor identifica algum que tenha vínculo profissional ou pessoal com o senhor ou com a sua empresa e pudesse nos informar... *(Pausa prolongada.)*

O SR. OGARI PACHECO - São só os diretores da ANVISA, não é?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É, todos que estão aí relacionados. Estão duas fotos... Não, não, esse não. Só essas duas primeiras páginas.

O SR. OGARI PACHECO - Pois bem. Só há uma incorreção, no meu entendimento: há uma foto com um nome; o nome não corresponde à foto.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Está trocado.

O SR. OGARI PACHECO - Mas depois há uma foto sem nome. O que eu marquei aqui como interrogado... Na realidade, Victor Hugo Travassos é esse cidadão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Perfeito.

O SR. OGARI PACHECO - Todos os que eu assinei eu conheço. Relação profissional: Hoje o Dr. Gonzalo Vecina Neto é conselheiro, faz parte do nosso conselho, do Conselho Administrativo do Cristália. No mais, os contatos que eu tive, tanto com o Dirceu Raposo, como com o Dirceu Barbano, foram na condição de um laboratório com o órgão regulador.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor tem conhecimento de que a OSCIP Instituto Royal conseguiu, obviamente, não sei se um financiamento a fundo perdido do FINEP de cerca de cinco milhões, quatrocentos e poucos mil reais. O senhor tem conhecimento desses valores?

O SR. OGARI PACHECO - Como eu disse, eu respondo pelo Cristália do ponto de vista estratégico, de macrogestão. O que o Royal conseguiu, em termos de financiamento no FINEP, não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor não teve nenhuma ingerência? O senhor não conhece ninguém do FINEP, não fez nenhum contato, não conversou com ninguém a respeito dessa questão? É isso o que eu gostaria de saber.



O SR. OGARI PACHECO - Da maneira mais absoluta, posso dizer-lhe que não.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Perfeito. O senhor tem um empréstimo do BNDES, feito pela sua empresa, da ordem de — acho — vinte e poucos milhões de reais. Seria para custeio, para investimento? Qual foi a origem desse investimento que o senhor fez na sua empresa?

O SR. OGARI PACHECO - Quando nós construímos a última planta farmacêutica, em 2010, aproximadamente, nós recebemos um financiamento do BNDES de 13 milhões. A planta nos custou 160. Esse empréstimo já está pago.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor hoje é proprietário único ou tem mais sócios no Cristália? Aqueles sócios que começaram — quatro, parece-me — ainda continuam ou hoje a empresa pertence a um único proprietário?

O SR. OGARI PACHECO - Quando criamos, éramos quatro médicos que se juntaram para isso. A coisa foi evoluindo e restaram duas famílias. A propriedade do Cristália é de duas *holdings*: uma da família Pacheco e outra da família Stevanato.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Chegou uma informação aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito que diz que, quando houve o episódio do Instituto Royal, de onde os animais foram retirados, o senhor se encontrava na Alemanha, teria pego o seu avião ou de propriedade da sua empresa e voltado ao Brasil, preocupado com a questão que estaria acontecendo no Instituto Royal. Essas informações procedem ou não?

O SR. OGARI PACHECO - Não procedem. Eu me recordo perfeitamente do episódio, porque eu estava dormindo e me acordaram às 2 horas da manhã

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor estava no Brasil?

O SR. OGARI PACHECO - Eu estava no Brasil, num hotel, quando me acordaram para me dar conta de que estava acontecendo uma invasão no Royal.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu vou solicitar ao Presidente que agora faça as suas perguntas, enquanto eu vou votar, porque nós estamos tendo votação no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Ogari, fale para a gente um pouquinho sobre o Iodenafila, medicamento da Cristália para disfunção erétil, conhecido comercialmente como Helleva.



O SR. OGARI PACHECO - Perfeitamente. Eu falo com satisfação, porque essa molécula foi a primeira concebida intelectualmente, desenvolvida, sintetizada em bancada que sofreu todos os testes, foi aprovada e hoje virou produto. Ela foi desenvolvida para tratamento da hipertensão pulmonar. Acontece que no organismo existem alvos que são muito próximos, muito parecidos. No evoluir, no estudo verificou-se que o produto tinha ação na disfunção erétil. Ele, então, foi... Eu tive mais evidências, mais demonstrações de que ele era efetivo na disfunção — foi aí que ele recebeu o primeiro registro —, enquanto está em curso a extensão de indicação para hipertensão pulmonar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor deve ter ciência de que muitos testes eram feitos com o Iodenafila, no Instituto Royal. O senhor pode falar desses testes e quais eram os objetivos desses testes?

O SR. OGARI PACHECO - Sinceramente eu recebi uma relação de quatrocentos e tantos testes, porque poderiam me perguntar sobre isso aqui — é teste para burro —, não no Royal, de uma maneira geral. Quem poderia responder Isso com mais propriedade seria o meu diretor de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se eu repetir alguma pergunta, é porque eu fui votar e voltei.

O SR. OGARI PACHECO - Por favor, sinta-se à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bom. Tudo indica que existe um claro vínculo de relacionamento entre Cristália e Instituto Royal, seja como cliente, seja como empregador do Presidente do Instituto Royal, o Dr. Romeu Pereira, seja como beneficiado pelas decisões tomadas pelo CONCEA, haja vista que pessoas que trabalharam de forma íntima com fármacos do Cristália teriam ocupado postos de decisões importantes no colegiado do CONCEA. Isso tudo é uma coincidência? Isso não deixa nenhum de suspeição?

O SR. OGARI PACHECO - Ainda que sendo repetitivo, eu vou ser obrigado a repetir respostas que já dei. Primeiro, o Royal foi constituído por orientação do nosso departamento jurídico para dar guarida ao UNITOX, que era um instituto de pesquisa sediado na UNISA, ex-OSEC, e que estava para fechar por questões judiciais. Então, constituiu-se uma OSCIP para poder administrar o Royal. Numa cidade pequena como Itapira, encontrar pessoas que estejam dispostas a dar o nome e ser



voluntário numa empresa, numa entidade que não tem fins lucrativos, não tem remuneração e não tem nada não é fácil, razão pela qual algumas pessoas que trabalham no Cristália estão nessa relação e outras na relação de amigos. É inevitável, numa cidade pequena todo mundo se conhece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Cristália sedia funcionários para o Instituto Royal?

O SR. OGARI PACHECO - De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor conhece...

O SR. OGARI PACHECO - A única relação dos funcionários do Cristália com o Instituto Royal era de verificação e coordenação de estudos. Iam verificar se estava tudo bem, se não está, o que falta fazer, se precisa de mais informações nossas, enquanto fornecedores de molécula, o que é normal. Nós fazemos isso com o Royal e com vinte e tantas empresas com as quais nós temos estudos em andamento, aqui e fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor conhece o Sr. Lauro Moretto, do SINDUSFARMA?

O SR. OGARI PACHECO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Ministro Sérgio Machado Rezende, em 2009, nomeou membros do CONCEA, que estão relacionados diretamente com o Instituto Royal: as Dras. Ingrid Dragan Taricano e Kátia De Angelis. Ao mesmo tempo, o SINDUSFARMA é elemento bem conhecido do Cristália e da indústria de fármacos e sempre teve forte presença dentro do CONCEA, como, por exemplo, a figura do Sr. Lauro Moretto. À época, o Coordenador do CONCEA, o Sr. Marcelo Morales, hoje Diretor de Ciências do CNPq, facilitou bastante a vida do Instituto Royal no que diz respeito à permissão da realização de experimentos em animais, inclusive com o lodenafila. Em toda a nossa investigação do Royal, para todo o lado que vemos, a presença do Cristália torna-se evidente. Isso é normal por causa somente do relacionamento de contratação para testes?

O SR. OGARI PACHECO - Em primeiro lugar, é bom que se diga que o Cristália é um laboratório *sui generis*, que se dedica à pesquisa há mais de 30 anos. O Cristália detém 76 patentes, aqui e no resto do mundo, o que não se encontra



normalmente na indústria brasileira, não é na indústria nacional, mesmo nas multinacionais aqui não têm. Têm lá fora, mas não aqui. Bom, para se ter isso, há necessidade evidentemente de pesquisa — e muita pesquisa. Nem tudo o que a gente pesquisa dá certo. Muita coisa resultou em insucesso. Esta semana mesmo eu tive que arquivar, por sugestão do meu diretor de pesquisa, cerca de dez a quinze projetos que se mostraram não promissores. As substâncias eram interessantíssimas, mas ficavam muito caras e, no final, não iam virar remédio, porque a pessoa não ia ter condição de comprar. Coisas desse tipo. Agora, o resto que virou produto — e nós temos várias que viraram produto — decorre da atividade intensa que o Cristália tem na área de pesquisa, aqui e no exterior. Nós temos relação com 26 faculdades ou entidades de pesquisa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em agosto de 2013, houve uma expansão do parque fabril do Cristália em Itapira. Foram investidos 208 milhões no empreendimento, sendo 58 milhões financiados pelo Governo Federal. Qual era o interesse do Governo Federal nessa expansão?

O SR. OGARI PACHECO - Eu não me recordo desses números. De qualquer maneira, as expansões que existiram foram: em primeiro lugar, o Cristália tem uma planta farmoquímica. Sem falsa modéstia, eu diria que provavelmente é a planta farmoquímica mais bem instalada no País, com CBPF — Certificado de Boas Práticas de Fabricação, e tudo, porque não está fácil conseguir CBPF. Em segundo lugar, nós temos duas plantas de biotecnologia, uma para células animais e outra para microrganismos anaeróbios. Se isso tudo está incluído na planta farmacêutica, pode ser que dê uns duzentos e pouco, mas essas três que eu mencionei, Farmoquímica e as duas da Biotec, não deram.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. OGARI PACHECO - Cem, cento e poucos milhões, a não ser que se some a primeira, a Farmacêutica, porque só ela foi 160, e não tive 50 milhões de financiamento para isso. Como eu disse, tive 13 para a Farmacêutica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E o interesse do Governo nisso era...

O SR. OGARI PACHECO - Qual era o interesse do Governo? Veja bem, pouco tempo atrás, a política industrial declarada era: vamos tratar de ter menos



dependência do exterior. Hoje, a balança comercial brasileira, no que diz respeito a medicamentos, está na ordem 13 bilhões de dólares em fármacos, em princípios ativos. Por quê? Se, no início dos anos 2000, a indústria farmacêutica nacional teve um *boom* com o advento dos genéricos — e teve, e produz bem, de boa qualidade —, em compensação, faz somente cópia, e fazendo cópia com insumos importados, China e Índia principalmente. Pois bem, hoje, nós produzimos cerca de 50% dos insumos que nós consumimos. O Brasil importa mais de 90%. O interesse me parece evidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Numa declaração do José Gomes Temporão, ex-Ministro da Saúde, ao *O Estado de S.Paulo*, ele afirmou que o Ministério da Saúde estava analisando a possibilidade de oferecer tratamento para a disfunção erétil através da rede pública, incluindo a distribuição de medicamentos. Tudo leva a crer que seja o Helleva, visto que era uma droga 100% nacional.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem pode impulsionar esse processo de modo significativo, ao mesmo tempo tendo difundido e estabilizando o fármaco no mercado brasileiro.

Esse seria um dos interesses do Governo no investimento do Cristália?

O SR. OGARI PACHECO - Desconheço. Não vendo para o Governo Helleva. Eu acho que nós venderíamos Helleva, se viéssemos a ter o desenvolvimento para a hipertensão pulmonar. Eu vendo o Helleva no mercado normal, nas farmácias, e exporto. Por exemplo, nós exportamos para o México. E, mais: nós estamos fazendo transferência de tecnologia. Normalmente, o que se faz? O País importa tecnologia. A transferência é de fora para dentro. Nós estamos fazendo de dentro para fora. Isto, acredito, interessa ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Pacheco, o senhor havia dito que, por conta do fechamento do Instituto Royal, as pesquisas estariam sendo feitas na Índia, ou uma determinada pesquisa estaria sendo feita na Índia. Uma informação que nos chegou há um tempo é que o Brasil não recebe protocolos internacionais que não sejam repetidos aqui no Brasil. Como o senhor imagina que



essa pesquisa feita na Índia será introduzida no Brasil se não terá similaridade de execução no Brasil? Como isso se dá?

O SR. OGARI PACHECO - Em primeiro lugar, eu digo que tenho na Índia, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Escócia, na Espanha e na Itália. Antes de encaminhar qualquer estudo para fora, eu procuro obter a aprovação do protocolo. Isto não é feito por um ato de voluntarismo. Os nossos profissionais elaboram um protocolo que é submetido e, quando aprovado, nós encadeamos os estudos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor já prestou algum depoimento à Justiça, ao Ministério Público, à Polícia Civil a respeito do Instituto Royal? O senhor foi alguma vez requisitado, ou a indústria, ou o Cristália não teriam sido provocados por conta desses episódios do Instituto Royal?

O SR. OGARI PACHECO - Jamais.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não. Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor quer fazer alguma consideração final?

O SR. OGARI PACHECO - Eu quero agradecer pela cordialidade com que fui tratado e me colocar à disposição para eventuais esclarecimentos outros que porventura venham existir e que eu não tenha podido esclarecer agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço ao Dr. Ogari Pacheco e ao seu advogado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro.

Peço que seja exibido o vídeo enquanto S.Sa. se dirige à mesa.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, sendo-lhe garantido os direitos constitucionais, dentre os quais o exercício da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação e o direito de ser assistido por advogado ou, em falta deste, de lhe ser nomeado defensor *ad hoc* e de com esse comunicar-se pessoal e reservadamente durante o curso do depoimento, e o direito de ver respeitadas, sempre em seu próprio



benefício, as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994, do Estatuto da Advocacia.

Advirto ao depoente que sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para S.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Nós vamos passar um vídeo antes de uma declaração feita pelo Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro. Depois lhe concederei a palavra por 20 minutos.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O vídeo é só isso daí? *(Pausa.)* V.Sa., então, tem 20 minutos. Para auxiliá-lo, tem um relóginho ali. Não é preciso consultar o seu próprio relógio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Eu quero agradecer pelo convite do Deputado Ricardo Izar. Inicialmente, quero fazer um reparo ao documento que eu recebi, que diz que eu autorizei a liberação de 5 milhões ao Instituto Royal. Quanto a esse recurso que foi transferido ao Instituto Royal, a origem é o FNDCT — Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Esse Fundo tem uma Secretaria Executiva na FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, e só a FINEP pode autorizar qualquer tipo de transferência para projetos ou para qualquer instituição. Portanto, eu não posso, eu não teria possibilidade de autorizar a transferência. Essa transferência foi feita pela FINEP depois que seu quadro técnico analisou vários argumentos, inclusive os meus argumentos. Como eu disse ali., foram argumentos que fluíram do trabalho de um grupo que foi instituído quando eu era Secretário de Pesquisa e Desenvolvimento. Esse grupo de trabalho chegou à conclusão, viram o que eu disse, e repito: o Instituto Royal era a instituição que tinha melhores condições para executar a atividade de ensaios pré-clínicos. Não era a única, porque havia um outro instituto, chamado Bioagri, que funcionava em Planaltina, com uma outra sede em Piracicaba, mas esse biotério nunca teve interesse na área humana, sempre atuou na área de agropecuária. Portanto, foi descartada por essa razão. Eu queria fazer uma breve trajetória sobre a minha vida como Secretário no MCT, onde eu trabalhei durante 15 anos como Secretário de Pesquisa e Desenvolvimento. Nos primeiros 9 anos, eu fui Secretário Executivo do maior programa da história da ciência brasileira, que se chamava PADCT —



Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ele investiu 660 milhões de dólares em áreas prioritárias: biotecnologia e suas aplicações, saúde, agropecuária, química, geociência, novos materiais e outros. O programa funcionou durante 10 anos. Saí em 1999, quando o Ministro era o Sr. Bresser Pereira, fui para a EMBRAPA assumir a Secretaria de Propriedade Intelectual, depois a chefia do CENARGEN — Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia. Fui afastado do CENARGEN porque o Presidente da EMBRAPA, na época, era contra transgênico, e ele achava que eu era a favor, e eu era. Desde que a CTNBio aprove, eu concordo com o uso de transgênicos. Ele achou que isso era uma coisa equivocada e rescindiu o meu contrato. Perdi o emprego. Então, eu fui trabalhar na Fundação Getúlio Vargas e como professor no UNICEUB, que era uma universidade privada. Eu nunca tinha tido essa experiência antes. Quando o Sergio Rezende voltou como Ministro, ele me convidou e ainda brincou comigo: *“Luiz, se eu não convidar os meus amigos, eu vou convidar quem? Os meus inimigos?”* Então, eu voltei em 2005 e trabalhei seis anos. Nesse período, nós resolvemos abordar dois problemas graves na área da indústria farmacêutica brasileira: um primeiro, para o qual nós nunca tivemos solução, que é o escalonamento de produtos derivados da atividade de produção de drogas no Brasil. Nós não sabemos fazer escalonamento dessas drogas. Trabalhamos com pequenos reatores, depois, quando a gente vai passar para reatores maiores, de 20 mil, 200 mil, nós não temos como fazer isso. A indústria farmacêutica brasileira não sabe expressar genes em bactéria, não sabe expressar em levedura, não sabe expressar em células CHO, não sabe expressar em baculovírus. Por isso, nós não temos escalonamento de drogas no Brasil. Até hoje, é um problema não resolvido. Não consegui resolver nos anos em que eu fiquei lá. Agora estão surgindo biorreatores mais baratos produzidos por empresas como a GE e a TPI, que vão inclusive apresentar no congresso que eu estou organizando em novembro, aqui em Brasília. Talvez nós tenhamos a possibilidade, de alguma forma, de contornar esse problema. A proposta que eu faço é mudar paradigmas, expressar genes em plantas ou no leite de animais, que são duas possibilidades interessantes, sobretudo a de plantas, que nós dominamos. Bom, quando eu voltei como Secretário, houve esse problema, e o segundo problema foi este: pré-clínicos, biotérios. A história da ciência brasileira, as agências de



financiamento destinaram enormes quantidades de recursos para colocar biotérios em funcionamento sem sucesso, sempre investindo em biotérios públicos. Nós criamos um grupo de trabalho, e eu chamei para me auxiliar como diretor na minha secretaria o Professor emérito da UnB — uma das maiores autoridades na área farmacêutica — Isaac Roitman. Ele veio trabalhar comigo, e nós começamos a trabalhar, a estudar a possibilidade de resolver este problema de biotérios e de pré-clínicos. Visitamos universidade e instituições importantes. Chegamos à conclusão de que as instituições públicas têm grandes problemas. Nós visitamos instituições públicas em que todos os animais tinham toxoplasmose. Eu dizia: *“Quando eu quero um animal com toxoplasmose, eu vou lá e pego. Eu não vou dizer qual é a instituição, porque isso é uma coisa, vamos dizer, que não vale. Eu visitei instituições em que o presidente, o chefe da... o diretor da instituição: o rato que eu uso aqui é igual a rato de esgoto. Eu visitei instituições públicas que disseram: eu não posso fazer o meu biotério funcionar, porque o cientista não quer pagar o animal. Ele disse: isso aqui foi feito com dinheiro público. Eu sou contribuinte. Dá-me 100 animais, e eu não pago. Biotérios não funcionam assim no mundo todo. No mundo todo, biotério é um negócio. Se as pessoas não querem pagar os animais, os biotérios não podem comprar ração, não podem comprar maravalha e os biotérios não funcionam.*

Então, outro problema gravíssimo que nós encontramos em biotérios públicos é que os biotérios têm que funcionar no Natal, no *Réveillon*, no Carnaval, nas greves. Se você tiver greves de meses, o biotério tem que funcionar, o animal tem que comer. Então, nós avaliamos todas as possibilidades de investimentos em instituições públicas. Mas investimos em instituições públicas. O fundo do qual o Isaac Roitman era Secretário, que é o Fundo Setorial de Saúde, colocou 6 milhões no instituto do Calixto, em Santa Catarina, que está funcionando razoavelmente bem.

Eu coloquei pelo Fundo Agropecuário recursos na Universidade Federal do Ceará, onde o Odorico acaba de inaugurar um biotério importante. Eu criei uma rede, quando era Secretário, chamada RECODISA, no Nordeste, e foram recursos para uma universidade privada, a UNIFOR — Universidade de Fortaleza, para criar um biotério. O biotério está criado. Não está funcionando, mas está criado.



Então, esse investimento, que foi o investimento que a gente tinha com os limitados recursos de alguns fundos setoriais, esse investimento foi feito em instituições públicas, mas o grupo de trabalho chegou à conclusão de que nós tínhamos que investir em biotérios privados, porque eles podem funcionar dessa forma. Os biotérios privados podem funcionar como negócio, está certo? Nós visitamos, como eu disse, o Bioagri, que é de Planaltina, mas fechou. O Bioagri de Piracicaba ainda está funcionando, foi adquirido pela Mérieux francesa. E a Mérieux provavelmente, para minha satisfação, vai voltar a investir em pré-clínicos com animais do Brasil, porque é impossível fazer drogas sem utilizar animais de laboratórios. É duro ter que dizer isso, pode ser que um dia a gente consiga fazer por outros caminhos. Hoje, e não estou dizendo no Brasil, não. Em qualquer lugar, nós não conseguimos fazer estudos pré-clínicos sem animais de laboratório. Eu disse ali com clareza: cosméticos? Cosméticos é possível, mas quando você quer fazer, ver se uma droga funciona, e você quer que a droga funcione para um câncer que pode afetar o intestino, você coloca a droga no animal, e o animal pode ter problema em outros órgãos. É por isso que se usa um animal, porque o animal te diz: *olha, o seu produto é bom, resolve o problema de câncer, mas ele morreu de outra coisa. Ele morreu de um problema, vamos dizer, renal. Ele morreu de uma insuficiência cardíaca.* É para isso que o animal existe, porque o animal é um organismo completo. Você quer uma droga para uma coisa e você tem que ver se as outras características do animal são afetadas ou não. Ou seja, se há reações, vamos dizer, paralelas que podem afetar o uso de uma droga.

Então, esse é o contexto, que, aliás, eu disse ali e não tiro uma palavra do que eu falei. Quando o grupo de trabalho depois de 2 anos concluiu o que devia fazer, nós discutimos esse assunto na FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, e a FINEP nos pediu uma exposição de motivos. Eu fiz a exposição de motivos. E eu expliquei tudo o que eu estou dizendo aqui. E a FINEP teve que decidir se ela transferiria recursos para o estrutural ou não. Ela poderia não ter transferido, mas ela resolveu, felizmente, em minha opinião, transferir.

Agora, depois que o Instituto Royal foi invadido e os animais desapareceram, acabou a área pré-clínica no Brasil. O Brasil não tem ação de pré-clínicos. Esse é o fato único e lamentável que eu expliquei em vários documentos, não foi só nesse,



não. Eu mandei para o meu *blog* na *Nature* dizendo que não é possível que a gente faça indústria farmacêutica no Brasil sem pré-clínicos de animais. E o que é que vai acontecer? O mundo vai fazer isso, lá fora, e nós vamos ter que pagar. E com o que eu fiquei mais triste foi porque houve essa invasão, o que eu lamento. O sujeito não pode pegar a lei com as próprias mãos, invadir, tirar os animais. Eu visitei várias vezes o Instituto Royal e nunca presenciei nenhuma atividade que pudesse caracterizar maus-tratos aos animais que eu vi lá. Nunca! Se vocês me perguntarem: “*Mas será que nunca aconteceu?*” Olha, não posso dizer que nunca tenha acontecido, mas, nas vezes em que visitei, eu nunca vi.

Então, o Instituto Royal me pareceu — como pareceu ao grupo de trabalho, como eu digo ali, chefiado pelo Isaac Roitman — ser o Instituto que devia receber recursos. Foi por isso que nós oferecemos essa sugestão, digamos assim, à FINEP, e a FINEP resolveu transferir o recurso. Lamentavelmente, depois da invasão que foi feita, o recurso voltou todo. O Instituto Royal fechou e não houve, efetivamente, uma transferência de dinheiro, porque eram 5,2 milhões e voltaram 4,8 milhões. Então, o dinheiro está na FINEP. Os equipamentos estão na FINEP esperando que alguém se disponha a utilizá-los na forma de comodato. Eu até já fiz uma sugestão para que seja, quem sabe, a Mérieux ou outra. Eu quero dizer que eu não tenho nada contra instituição pública. Eu trabalhei a minha vida toda em instituição pública. Eu fui, durante 30 anos, pesquisador da EMBRAPA. A EMBRAPA é uma instituição pública. Eu fui professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mas há coisas que o setor privado consegue fazer e que o público tem mais dificuldade, e biotério é uma delas. O biotério é uma delas!

Por quê? É como eu disse, quando a universidade para, o biotério não pode parar. O animal tem que comer todo dia. Ele tem que ter maravalhas; ele tem que ter ração; ele tem que ter assistência veterinária. E as pessoas têm que pagar pelo animal.

Portanto, essa é a síntese do que eu queria dizer, o que me motivou a fazer a sugestão que fiz à FINEP para transferir os recursos para o Instituto Royal. A FINEP tomou essa decisão, e eu concordo com a decisão que ela tomou. Não vou aqui dizer que a responsabilidade não é minha. Não, não é, mas eu concordo com a decisão que foi tomada pela FINEP, porque, na ocasião, naquele momento,



pareceu-me a única instituição que poderia receber recursos. Hoje, ela não existe, acabou.

Então, eu não sei o que vai acontecer. Eu não sei qual será o futuro da área de pré-clínicos no Brasil. Com isso, quanto ao segundo problema que eu queria resolver — não consegui resolver o primeiro —, estou com dificuldades também. Por quê? Porque a única instituição que eu acho que poderia fazer isso fechou. Existe essa possibilidade de a Mériex assumir. Quando ela foi para Piracicaba, o Prefeito de Piracicaba fez uma lei contra. Ela teve que sair de Piracicaba. Ela montou uma infraestrutura fora de Piracicaba, porque o Prefeito de Piracicaba é contra o uso de animais em pré-clínicos. O mundo usa animais, e nós usamos animais durante toda a história do desenvolvimento de drogas no mundo. Usamos! Vocês podem dizer que nunca houve maus-tratos com animais, mas já houve muitos maus-tratos. Eu já assisti, como cientista, a maus-tratos inacreditáveis. Mas o que eu posso dizer é que hoje nós temos uma lei, uma lei importante votada em 2008, e essa lei, se a gente obedecê-la — não invadir a instituição, mas obedecer à lei —, os maus-tratos podem e devem diminuir.

Agora, se a lei não é boa, é como eu digo, vamos discutir de novo. Nós levamos 11 anos para aprovar essa lei. Aprovamos. Pode ser que ela não seja a melhor? Pode. Então, vamos fazer outra lei. Digamos aqui ao Deputado Ricardo Izar: *Olha, essa lei tem os seguintes problemas, um, dois, três, quatro. Tem que ser modificada!* E nós temos que fazer outra lei. O que não se pode é funcionar ao arrepio da lei. Na hora em que se tem uma lei e não se respeita a lei, é pior do que não ter. Infelizmente — escrevi isso no meu *blog* —, não aconteceu nada com as pessoas que invadiram e levaram os animais. Não aconteceu nada! Não foi ninguém preso! Pode! Vejo acontecer a toda hora! Pessoas invadem estação experimental onde se trabalha com eucalipto transgênico e destroem tudo. Não é só no Brasil. Outro dia, nas Filipinas, invadiram um instituto que produz o *golden rice*, um arroz que tem vitamina A, para acabar com a cegueira noturna na África, que mata milhares. Invadiram esse instituto nas Filipinas e destruíram todos os experimentos, para não se dizer que é prerrogativa só nossa.

É tão triste o que estou dizendo, e cheguei à conclusão — escrevi isso no meu último *blog* — de desistir. Acho que transgenia não tem futuro. As pessoas



nunca não vão deixar de perseguir a transgenia. Nunca. Todas as pessoas são contra os transgênicos, e eu acho que não tem futuro. Essa tecnologia é uma tecnologia morta, que vai acabar. Ou a gente usa outra tecnologia ou a gente não tem como prosseguir, porque a transgenia, infelizmente, não tem aceitação popular. As pessoas são contra.

Eu fiz um leite com lisozima e lactoferrina para diminuir diarreia. Tem coisa mais complicada do que diarreia na África? Eu fiz. Aí, procurei uma empresa — não vou dizer o nome — que produz leite. Ela disse: *“Mas é transgênico?”* Eu falei: *“É.”* *“Ah, então não quero, porque as pessoas não vão comprar o leite.”* Eu disse: *“Mas meu amigo, a proteína que eu botei nesse leite, a mulher que amamenta o filho tem. Ela tem lisozima. Portanto, não é uma proteína diferente do que existe no genoma humano.”* *“Ah, mas, transgênico não.”* *“Faz o seguinte — disse-me essa empresa: você faz sua lisozima direitinho, pelo método transgênico, e me dê que eu coloco no leite. E não vou dizer para ninguém que você fez por transgenia. Não vou dizer para ninguém, porque se eu dizer ninguém compra.”* Essa é a situação da tecnologia de algumas áreas no mundo. É uma área difícil! Transgenia é uma área difícil. Perdi o emprego por causa disso. Fui para a rua, demitido! Ia sair do Brasil, mas acabei não saindo. Deveria ter saído, mas, enfim, estou aqui.

Era isso o que eu queria falar. Muito obrigado, Deputado, pela oportunidade de fazer esse esclarecimento que há muitos anos queria fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Dr. Luiz Antônio Barreto, o senhor é pesquisador, cientista, obviamente um currículo extremamente parrudo no que diz respeito à pesquisa científica. Isso obviamente lhe dá a condição de um depoimento sob o aspecto da visão intelectual e científica muito importante para nós aqui.

O senhor falou muito da questão legal, de respeito às leis e coisas do tipo. Gostaria de saber como é que o senhor vê a questão da chamada exclusão de consciência dos alunos que fazem Medicina Veterinária ou outro tipo de atividade em que, muitas vezes, são obrigados a lidar com animais vivos e que, muitas vezes, são levados a óbito, e buscam a chamada pesquisa alternativa. O senhor vê



assegurado a eles esse direito ou o senhor vê que esse direito não cabe ao pesquisador ou ao aluno de Medicina Veterinária?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Eu vejo com muita preocupação. Todas as vezes que se utiliza o exercício de qualquer contexto que acaba se desviando dos objetivos da lei, isso me preocupa muito. Então, por exemplo, se existe esse caso que o senhor está dizendo... Porque, apesar de o senhor dizer que eu tenho um currículo parrudo, trabalho com plantas, não trabalho com animais, sempre trabalhei com plantas. Mas, tudo bem, se existem ações que ocorrem em universidades... Quando eu disse aqui que vivenciei maus-tratos realmente inaceitáveis foi no passado, posso dizer que foi no passado, felizmente, não no exercício dessa Lei Arouca, de 2008. Eu vivenciei esses maus-tratos e lamentei que essas coisas aconteceram. A pessoa pegava 20 camundongos e tirava sangue direto do coração de cada um. E o camundongo morria, porque sem sangue ele não sobrevive. Eu vi isso. Eu vi isso. Camundongo. Evidente que não é *beagle*, mas de qualquer forma é um animal, não pode ser tratado dessa forma. Eu fiz anticorpo tirando sangue da orelha de coelho e não tive que sacrificar o coelho. Pelo contrário, eu usei o mesmo coelho durante muitos anos. Ia lá, tirava o sangue da orelha. Mas se me perguntassem: *“Todo mundo tratava o coelho da mesma maneira?”* Pode-se dizer que não, pode-se dizer que tratava...

Então, Deputado, eu quero dizer o seguinte: as leis são feitas com a expectativa de que o *enforcement*, quer dizer, a implementação da lei ocorra da maneira adequada, mas às vezes há desvios. E é por isso que todas as leis, no final, tem um capítulo que fala exatamente do que acontece quando as pessoas se desviam da lei, quais são as punições? O que cabe de responsabilidade legal, judicial, quando isso acontece? Não sei esse caso especificamente de estudante de veterinária, mas é um problema grave.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O que o senhor acha da repetição dos experimentos científicos? Nem sempre... Eles sempre levam ao mesmo resultado, praticamente, porque é o mesmo tipo de experimento que se faz várias vezes. Então, numa universidade, em vez de se sacrificar um animal, sacrificam-se 10, 20 animais com o mesmo objetivo.



E a segunda questão que eu levanto. Quando se diz que é fundamental a experiência com animais para que busquemos soluções de problemas para seres humanos, nós não podemos esquecer do grave erro que foi a questão da experiência com a talidomida, que resolvia o problema dos primatas e causou um estrago enorme nos seres humanos, que nasceram sem braço, sem perna. Foi um equívoco.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - E o senhor sabe por quê?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não, aí eu gostaria que o senhor me explicasse, como cientista, por que isso ocorreu.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - A talidomida, quando foi testada... E é preciso que se entenda o seguinte: quando você vai colocar uma droga que o seu organismo nunca viu, vai ter que lidar com o anabolismo daquilo, vai ter que liberar aquele produto que nunca viu no organismo. Você está diante de uma situação extremamente difícil. No caso da talidomida, aconteceu o seguinte: os testes foram feitos em animais e não passaram pelo animal de porte médio, lamentavelmente. Esta é a história da talidomida: não foi utilizado nenhum animal de porte médio. Quando eu digo animal de porte médio, necessariamente não tem que ser *beagle*, pode ser outro animal, pode ser porco, que se usa muito. Mas tem que passar por um animal de porte médio. E, no caso da talidomida, isso não aconteceu. Eu não tenho a lembrança histórica de qual foi a consequência em primatas. Acho improvável que não tenha havido nenhum problema com primatas, que são tão próximos do ser humano, e depois acontecer no ser humano. Improvável, mas eu não estou aqui fazendo nenhuma afirmação leviana, porque não conheço em minúcias essa história. Só sei que a talidomida não usou animais de porte médio, e que foi, na opinião dos técnicos, um erro; deveria ter usado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Ricardo Tripoli foi para uma votação que a gente está tendo, nominal, no plenário, então, eu vou continuar as perguntas, depois a gente retorna a ele.

Em sua reunião inaugural, que foi a primeira reunião ordinária de instalação do CONCEA — Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, em 8 de dezembro de 2009, o senhor, que era Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia, afirmou



publicamente que o CONCEA é um avanço para o fortalecimento da indústria farmacêutica no Brasil. Diante de todos os fatos que apontam o beneficiamento do Instituto Royal pela liberação, em 2010, de recursos do FINEP, pela realização de experimentação animal pelo Royal, sem o devido credenciamento pelo CONCEA, e pela forte relação do Instituto Royal com a Cristália, como podemos entender essa sua declaração?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Eu vou explicar a minha declaração. Em primeiro lugar, quero dizer uma coisa, não me isentando de qualquer responsabilidade: quando nós decidimos fazer a sugestão à FINEP de liberar recursos para o Instituto Royal, eu só conhecia o Instituto Royal tecnicamente; eu não conhecia, quero afirmar com absoluta seriedade, eu não conhecia o quê que realmente era responsável pela administração do Royal. Depois, eu fiquei sabendo que era uma OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e que havia vários atores que estavam envolvidos, vamos dizer, nas decisões, é como se fosse um grande Conselho, que eu não cheguei a conhecer. O conhecimento do fato de que a Cristália está envolvida com o Royal é recente para mim. Mas muito recente. Eu fiquei sabendo, casualmente, há pouco tempo. *“Mas, escuta, quer dizer que, então, o Cristália tinha relação com o Royal?”* *“Tinha.”* Eu não sabia. Mas isso não quer dizer nada.

Vamos voltar à sua pergunta inicial. Eu trabalhei com agropecuária, como eu expliquei, sempre trabalhei com planta, a minha vida toda. Em 1965, nós fizemos uma lei para regular o comércio de sementes. Essa lei teve uma repercussão extraordinária, porque ela estimulou investimentos privados no Brasil na área de agropecuária, e hoje o Brasil produz 200 milhões de toneladas de grãos. Produzia 30, importava grãos, na década de 1960, antes da lei, que foi em 1965. Eu acredito que a agropecuária cresceu no Brasil pelo investimento que foi feito pelas instituições privadas. Isso é um fato. É só verificar o que está ... Nós temos 6 grandes instituições privadas que investem pesadamente na agropecuária brasileira: Bayer, BASF, Monsanto, Syngenta, Dow. São essas que investem. Faturam muito? Faturam muito. Mas estão aí 200 milhões de toneladas.

Agora, eu vou fazer uma transposição para a área farmacêutica. A visão, eu diria, ingênua, de que nós vamos fazer uma indústria farmacêutica pública, e isso,



vamos dizer assim, essa expectativa, ou essa visão, ela é exercida por altos escalões do Ministério da Saúde. A área farmacêutica brasileira defende, advoga que nós temos que fazer uma indústria farmacêutica pública. Sabe quando isso vai acontecer, Deputado? Nunca. Só se a gente virar Cuba. Cuba pode ser. Cuba tem essa prerrogativa de fazer porque ela fez uma opção. Indústria farmacêutica no mundo todo. Vamos pegar os maiores agentes, os maiores atores da indústria farmacêutica que existem nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia, na África, no Egito, no Irã, todos são privados.

Então, quando eu defendo que a gente realmente precisa de mecanismos para apoiar a indústria farmacêutica, estou falando da indústria farmacêutica privada que eu gostaria que se desenvolvesse no Brasil, mas que lamentavelmente não está se desenvolvendo.

Então, vamos fazer um exemplo: no ano que vem, nós vamos gastar 10 bilhões comprando remédios do SUS. Vou fazer uma pergunta para vocês: para onde vocês acham que vai esse dinheiro? Vai para as empresas como a Janssen do Brasil. Ela se chama Janssen do Brasil. Tem CNPJ? Tem. Tem escritório em São Paulo. Mas será que a Janssen do Brasil, no escritório em São Paulo, é que faz os produtos que o SUS está comprando? Não é. Os produtos são feitos na Janssen lá fora. A Janssen do Brasil, com CNPJ aqui dentro, vai lá e vende para o SUS e, depois, entrega o produto que é feito no exterior. Oitenta, 90% do que a gente vai gastar, aqui, alguma coisa da ordem de 10 bilhões de reais vão para grandes empresas estrangeiras que estão fora do Brasil.

Aí, a gente vai perguntar: mas escuta e a indústria farmacêutica de capital nacional? Não tem fôlego. Se você pegar toda indústria farmacêutica de capital nacional, ela vale 15% da Pfizer. Quinze por cento da Pfizer! Se pegar todas — todas! — de capital nacional, com as quais eu trabalhei. Eu trabalhei com a Cristália. Eu trabalhei com a União Química. São empresas que conseguem sobreviver muito bem, que têm sucesso. O que elas fazem? Elas importam princípio ativo, formulam e vendem. Alguma vez, a indústria farmacêutica de capital nacional fez uma inovação, uma droga, que os livros chamam *blockbuster*? Nunca. Alguma vez, a indústria farmacêutica de capital nacional registrou uma droga no FDA? Nunca. Então, sem inovação... E eu fui chamado para ser gestor de inovação de uma empresa. Cheguei



lá consegui 70 milhões para a empresa pela FINEP e eles me mandaram embora e ficaram com o dinheiro. Essa é outra história. Não vamos discutir. O fato é que a indústria farmacêutica de capital nacional não inova, mas ganha dinheiro? Ganha. Não precisa inovar. Bota principio ativo, formula; bota no vidrinho; bota no comprimido; bota na gota e vende.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Dr. Barreto, só para complementar, dentro da sua resposta, o senhor trabalhou na Cristália e os produtos que...

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Desenvolvi projetos com eles.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Projetos com eles. Mas nesses projetos com eles, que tipo de atividade tinha que tivesse interação com o Instituto Royal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Nenhuma.

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Uma outra questão, em nota, o Instituto Royal informou... Vou ler aqui o que diz o texto:

“Luiz Antônio Barreto de Castro — o senhor — foi quem aprovou o convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, liberando um financiamento de R\$ 5 milhões, feito com o FINEP. À época da liberação do convênio, Castro era Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e responsável pelas análises dos convênios firmados via FINEP”. Informou a nota do instituto.”

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor confirma essa nota ou não confirma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Eu já disse aqui que eu não tenho autoridade para liberar recursos do FNDCT, que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, fundo grande, o maior fundo de ciência e tecnologia, porque a Secretaria Executiva do FINEP é que define, é que opera esse



fundo e é ela quem decide o que transferir para projetos e instituições. Portanto, essa afirmação que está feita aí, lamentavelmente, não corresponde à realidade.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por que o senhor acha que o Instituto Royal fez essa afirmação? Talvez, obviamente, ia dizer que o senhor, ocupando esse cargo no Ministério, teria condições de ajudá-los na liberação desse recurso, ou pela estatura, pela sua envergadura como cientista?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Eu acabei de dizer que nós fizemos um grupo de trabalho, que funcionou por 2 anos, e a conclusão do grupo de trabalho foi que houvesse realmente um apoio ao Instituto Royal. Mas isso não significa que, eu dizendo isso, a FINEP vai decidir a favor dessa decisão. Nós levamos essa sugestão para a FINEP, porque foi isso que o grupo de trabalho concluiu. O grupo de trabalho e pessoas que estão trabalhando com biotérios há décadas, que estavam fazendo parte do grupo de trabalho... Essas pessoas se sentiam cansadas de continuar investindo em biotérios públicos, e elas resolveram fazer uma mudança, fazer uma mudança. Nós queríamos inclusive trazer uma parceria internacional para que o Royal ganhasse estatura, envergadura, mas nós não conseguimos.

Eu digo isso como um Secretário fazedor de política, que é minha vida aqui. Como Secretário, eu tive de fazer política. Então, procuramos em Michigan uma instituição forte, não a maior americana, na verdade a 16ª, mas era forte. Quisemos trazer para a parceria com o Royal, não deu certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor imagina que o Dr. Pacheco tenha interferido no sentido de não aceitar que houvesse essa pesquisa pelo Instituto Royal, essa aquisição, a incorporação de um pesquisador, ou de uma empresa estrangeira na questão do Royal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor não sabe se foi ele diretamente...

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Não. Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - ...ou alguém ligado ao Criatália?
Não?



O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Olha, parcerias são... Eu saí do Governo em 2011. Eu trabalhei a minha vida toda no Governo. Eu trabalhei meio século no Governo, eu sou velho. Mas saí em 2011. Nesses 4 anos de convivência com o setor privado, eu aprendi uma coisa: parceria é difícil de fazer. Não é uma coisa fácil. Por quê? Porque há vários atores envolvidos. Às vezes, você vai numa instituição e diz assim: *Olha, vamos fazer isso?* Mas quando ela ouve os acionistas, os acionistas dizem: *Não vamos, não.* Todas as vezes que você quer fazer uma mudança de tecnologia, quem está usando a tecnologia diz assim: *Mas para que nós vamos mudar? A gente está ganhando muito dinheiro com essa tecnologia. Agora vou expressar gene em planta? Esse Barreto é maluco, isso não vai dar certo.*

Então, não consegui até hoje um patrocínio para expressão de gene em planta que é uma coisa óbvia. A Medicargo está fazendo. O primeiro produto que chegou para controle da Ebola foi feito em nicotiana, que é fumo, parente do fumo. O Ministério da Defesa dos Estados Unidos está querendo fazer vacinas em plantas porque é rápido, é muito rápido. Não conseguiu patrocínio. Por quê? Porque as empresas têm suas próprias tecnologias. Em vez.. Quer dizer que a planta vai ser biofábrica? E o que eu faço com esses reatores aqui de 200 mil litros feitos em aço inoxidável? Jogo no lixo? Não muda.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Uma questão...

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Mudar é difícil, é muito difícil. Ele está ganhando dinheiro com o que tem e não quer mudar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Uma questão...

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Em time que está ganhando não se mexe.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Uma questão que me leva a pensar aqui, a última questão que eu vou levantar é: como é possível, no caso do Instituto Royal, ter recebido do FINEP 5 milhões, 249 mil, 498 reais e 52 centavos, antes mesmo de ser credenciado pelo CONCEA, ou ter a regularização definitiva? Como é que o FINEP, um órgão não sei se a fundo perdido, ou com contrapartida, consegue recursos dessa monta? É bem verdade que não deve ter feito isso sozinho, o Instituto Royal, deve ter tido a colaboração de mais alguém, de empresas que



prestam serviços ao Instituto Royal. Como é que eles podem, se o CONCEA ainda não havia deliberado sobre essa questão? Como é que o senhor vê isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Nem sabia que teria que deliberar. A FINEP, quando tomou essa decisão, ela não sabia que teria que esperar até 2013 o CONCEA entrar em pleno exercício, com CIUCA — Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais e com tudo que foi criado. Existe um problema na área farmacêutica brasileira e que eu vou sintetizar com uma frase: o tempo é uma variável cruel. Nós não podemos esperar. Nós podemos esperar? Podemos, mas os outros não estão esperando. Então, quando a gente diz *“Escuta, vamos fazer pré-clínico aí?”*... *“Vamos.”* *“Ah, mas o cara ainda não tem... o CONCEA...”* A FINEP tomou a decisão técnica — técnica, principalmente. E, realmente, seria melhor que a transferência tivesse acontecido depois que o Royal tivesse toda... Seria, seria, mas, infelizmente, não era esse o contexto. Agora, isso impediu que a FINEP tomasse a decisão que tomou? Não impediu. Por quê? Porque nós temos que usar pré-clínicos neste País. Nós não podemos trabalhar desenvolvimento de drogas sem pré-clínicos, e nós só tínhamos essa expectativa naquele momento, nós não tínhamos outra. Não que a gente não tenha procurado, nós levamos 2 anos procurando. Nós fomos a uma universidade, a maior do Brasil — não vou dizer o nome, mas todo mundo já sabe qual é. Eu cheguei lá e encontrei um biotério fantástico. Aí eu falei: *“Escuta, e aí?”* Aí, um professor muito meu amigo, de décadas, falou assim: *“Vou trazer a melhor empresa estrangeira para produzir animal neste biotério”*. Eu falei: *“Maravilha. Vamos ter animal aqui neste biotério feito pela (ininteligível)?”*. *“É.”* Estou esperando, até hoje. Porque ela, quando foi combinar com os russos... Os caras, os atores disseram: *“Qual é o tamanho desse mercado?”*. Aí, os caras disseram: *“O Brasil é um mercado mais ou menos. Mas a Argentina está junto?”*. *“Não, a Argentina a gente não pode garantir.”* *“Será que é toda a América Latina? Se pegar... Talvez seja um mercado interessante.”* É assim que as pessoas raciocinam. Eu vou movimentar uma equipe pra ir para essa universidade de São Paulo para vender camundongo. Quantos eu vou vender? Quantos? O que eu vou faturar? É duro, mas é a maneira como o mundo financeiro funciona. O cara quer saber o tamanho do mercado antes de dar o passo seguinte, que é fazer a mudança. Mas eu estava muito animado, porque era uma grande



empresa que vinha para o Brasil, e não veio, e vinha pro melhor lugar do Brasil, que é uma universidade como a USP, eu vou dizer. Era a USP. E o biotério está lá até hoje. O biotério estava pronto, e a empresa não veio. Então, a verdade é a seguinte: não é muito fácil trabalhar com pré-clínico, não é uma coisa que você pode fazer com o pé nas costas, não. Inclusive, o Instituto Royal tinha o Henriques no Rio Grande do Sul, que era um aliado importante. Sem o Henriques, a Ingrid, que falou aqui antes, ela não teria conseguido avançar no que ela queria fazer. O Henriques foi muito importante. Mas, depois que fechou, ele também fechou, porque ele ficou sem perna. Sem animal, o Henriques está fora. Genotox? Não me lembro o nome agora da empresa dele. Tinha um nome lá. Então, eu quero dizer o seguinte: eu lamento, lamento muito que a coisa tenha caminhado nesse sentido, para destruir uma instituição que sabia fazer pré-clínico, sabia fazer pré-clínico, e que fechou. Fechou... Eu não sei quais foram os atores que sentaram em volta da mesa e disseram assim: *“Vamos fechar”*. Eu, nessa época, eu não conhecia esses atores. Repito mais uma vez: eu não sabia que a Cristália estava envolvida, eu não sabia. Quando eu decidi fazer um apoio pra FINEP, eu me baseei apenas no que eu aprendi do ponto de vista técnico, do ponto de vista técnico. Eu não tomei... Eu não levei em consideração nada mais do que isso. *“Ah, vamos dar dinheiro, porque o Pacheco está lá, o Fulano está lá.”* Eu não sabia que estava, não sabia que eles estavam. Parece que o Royal ainda existe. Outro dia, foi alguém a minha casa: *“Eu trabalho para o Instituto Royal”*. Eu falei: *“Ah, o Instituto Royal ainda existe?”*. Parece que ainda existe, pelo menos tem advogados que trabalham lá. Mas ele não existe, na prática não está funcionando, parou de funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria só completar mais duas perguntinhas básicas aqui.

Em 2009, foi sancionada a Lei Arouca, onde diz da obrigatoriedade do credenciamento dessas entidades no CONCEA. Em 2010, foi liberado o financiamento do FINEP pro Instituto Royal. Em 2013, somente, que saiu o credenciamento dele no CONCEA.

Em nota dada pelo Instituto Royal... E a fonte é o G1, que é um *site* de notícias. A nota é a seguinte:



“Em nota, o Instituto Royal informou que Luiz Antonio Barreto de Castro foi quem aprovou o convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), liberando um financiamento de R\$ 5 milhões, feito com o Finep. À época da liberação do convênio, Castro era secretário executivo do MCTI e responsável pelas análises dos convênios firmados via Finep, informou a nota do instituto.”

Essa nota é verdadeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO - Não é verdadeira. Eu já disse, posso repetir mais uma vez, se o senhor... Se o senhor quiser, eu repito mais uma vez que nós tivemos um grupo de trabalho que funcionou durante 2 anos para chegar a uma conclusão e levamos essa conclusão à FINEP. E a FINEP resolveu dar o apoio que deu ao Instituto Royal. Mas dizer, como eu leio aqui, que o FINEP... tinha apenas licença de funcionamento como canil... Essa pessoa que escreveu isso aqui nunca foi ao Instituto Royal. O Instituto Royal tinha uma infraestrutura extraordinária; não era apenas um licenciamento para funcionar como canil. Desculpe. Os biotérios do Instituto Royal, eles realmente levavam profundamente a sério, mesmo antes de terem sido credenciados pela lei, tudo o que estava na lei. É preciso... É preciso entender. Outro dia aconteceu uma coisa curiosa comigo. Eu fui procurado por um especialista de uma área inteiramente diferente do que nós estamos falando aqui, Deputado Izar. Era um especialista na área de quarentenários, que visitou uma empresa com a qual eu trabalho e disse: *“Olha, você tem que ter um quarentenário aqui e tem que cumprir as seguintes determinações”*. Eu achei interessante, ele botava artigo tal, artigo tal, artigo tal, artigo tal. Eu falei: *“Esses artigos estão em alguma lei”*. Em alguma lei, porque, quando você vê artigo, você imagina que está numa lei. Efetivamente, eles estavam numa instrução normativa, que nunca foi, nunca foi... nunca entrou em vigor; só vai entrar em vigor em 2017. Mas ele tirou dali por quê? Porque ele sabia que era aquilo que tinha que ser feito. Ele, como especialista, fazia quarentenário... Então, não precisava que o Instituto Royal tivesse todas as prerrogativas que a lei mais tarde conferiu ao Instituto Royal. Não era necessário que ele... pra saber o que precisava



ser feito, na minha opinião. Tanto que, pelas razões que eu já expliquei, eles sempre agiram corretamente na utilização de animais para fazer pré-clínicos. Dizer que nunca houve qualquer deslize na ação do Instituto Royal é difícil, né, porque erros acontecem, mas o que eu vi realmente não me deu uma impressão nesse sentido. E a gente vê a Ciência, volta e meia, se equivocar, até na área humana. Outro dia, um projeto de terapia gênica matou uma pessoa porque usou um vetor viral e o vetor viral sofreu uma transformação no organismo, e o cara morreu — na Pensilvânia. Uma pessoa; não é um cachorro, não é um *beagle*, é uma pessoa. Ela morreu, por quê? Foi utilizado, no projeto de terapia gênica, um vetor viral. Mas a Ciência, ela não tinha a expectativa de que aquele vetor viral podia sofrer uma transformação e se transformar num agente que pudesse provocar a morte da pessoa. Mas aconteceu. Então, na história da Ciência, há muitos problemas, há muitos erros cometidos, de modo geral. E, às vezes, quando a gente vê as pessoas avançando na Ciência, como quem fez a vacina contra a febre amarela, quem fez os antibióticos, quem fez a vacina contra a poliomielite, a gente fica olhando e fica pensando: *“Será que eles cumpriram rigorosamente tudo o que deveria ter sido feito?”*. As vacinas estão aí. A febre amarela, hoje, não é um problema mais tão grave no Brasil. A poliomielite também não. E a gente faz vacina no Instituto Butantan, que é público. Muito boas as vacinas contra a gripe. Muito boas. Então, os produtos têm que chegar ao mercado e têm que beneficiar a sociedade. Nós pagamos o imposto. Eu quero ver o retorno, eu quero ver o que está acontecendo com o meu dinheiro. Eu quero o remédio na minha mão. Se eu tiver que pagar pra Janssen, dane-se, eu vou pagar. O que eu não posso é não ter o remédio, porque, na hora em que você vê na televisão uma pessoa dizendo *“olha, eu estou com câncer e não tenho o remédio”*, isso é inaceitável. Isso é inaceitável. E, às vezes, não tem mesmo, o remédio não está lá. Então, nós temos muitos problemas na área da indústria farmacêutica. Muitos problemas. Por isso, quando eu saí, em 2011, eu resolvi só trabalhar na área farmacêutica, porque ela é um desafio muito maior. Na agropecuária, tudo dá certo, Deputado Izar, tudo dá certo. Vão produzir mais. Qualquer dia vão produzir 250 milhões de toneladas. Agora, a área farmacêutica tem muitos problemas. Basta ir aos hospitais e a gente vê.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria agradecer a presença do Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 13 de outubro de 2015, terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.